

**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA – UNISUL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PAISAGISMO**

NILTON RANGEL BARRETTO PAIM

**O PAISAGISMO COMO FERRAMENTA DE REPARAÇÃO DE DANOS
AMBIENTAIS NOS ESPAÇOS URBANOS – UMA ANÁLISE CRÍTICA**

**CIDADE
2017**

NILTON RANGEL BARRETTO PAIM

**O PAISAGISMO COMO FERRAMENTA DE REPARAÇÃO DE DANOS
AMBIENTAIS NOS ESPAÇOS URBANOS – UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Trabalho de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Paisagismo, sob a orientação da Prof. Ms. Silene Rebelo.

**CIDADE
2017**

NILTON RANGEL BARRETO PAIM

**O PAISAGISMO COMO FERRAMENTA DE REPARAÇÃO DE DANOS
AMBIENTAIS NOS ESPAÇOS URBANOS – UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Trabalho de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Paisagismo.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof^a. Msc.
UNIVERSIDADE

Prof.
UNIVERSIDADE

Prof^a.
UNIVERSIDADE

Aprovado em: ____/____/____

**CIDADE
2017**

Dedico este trabalho aos meus colegas
de curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus colegas de curso e todos os professores que se dedicam, incondicionalmente, à causa do ensino e se apaixonam a cada dia mais pelo conhecimento.

RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica aborda a importância do paisagismo como ferramenta de reparação de danos ambientais. No âmbito da elaboração do Plano Diretor e do planejamento da gestão pública dos municípios há muito que se trabalhar para atingir o desenvolvimento sustentável. O objetivo deste trabalho de conclusão de curso de Pós-graduação em Paisagismo é explicitar a íntima relação que há entre o modo capitalista de produção, a alteração de paisagem e a forma de aplicar o paisagismo. Sabe-se que planejar o desenvolvimento municipal é um dos maiores desafios para o Poder Público na atualidade e o Plano Diretor do Estatuto das Cidades criado em 2001 tem auxiliado nesse sentido. A construção civil é uma das grandes vilãs do meio ambiente e há alguns anos têm encontrado soluções para a minimização do impacto ambiental seguindo leis específicas para este fim. Conclui-se que o desenvolvimento sustentável apresenta-se hoje como uma importante alternativa de mudanças sociais e ambientais geradas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no mundo todo, o qual deixou marcas profundas, tornando a vida quase que insustentável. A agressão ao ambiente tanto degrada a natureza como reverte em prejuízos ao ser humano, pois ao mesmo tempo em que esgota os recursos naturais diminui a qualidade de vida nos centros urbanos. Isto tem que ser compensado com investimentos vultuosos em infraestrutura para minimizar os efeitos de desastres naturais por meio da prevenção.

Palavras-Chave: Paisagismo. Planejamento urbano. Plano Diretor. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This bibliographical research deals with the importance of landscaping as a tool for repairing environmental damages. In the scope of the preparation of the Master Plan and the planning of the public management of the municipalities, there is a long way to work towards achieving sustainable development. The general objective of this research is to explain the intimate relationship that exists between the capitalist mode of production, the alteration of landscape and the way of applying landscaping. It is known that planning the municipal development is one of the greatest challenges for the Public Power in the present time and the Master Plan of the Statute of the Cities created in 2001 has helped in this sense. Civil construction is one of the great villains of the environment and for some years they have found solutions for the minimization of environmental impact following specific laws for this purpose. It is concluded that sustainable development presents today as an important alternative of social and environmental changes generated by the process of development of capitalism worldwide, which left deep marks, making life almost unsustainable. The aggression to the environment both degrades nature and reverts to damages to human beings, because at the same time that it depletes natural resources, it decreases the quality of life in urban centers. This has to be offset by massive investments in infrastructure to minimize the effects of natural disasters through prevention.

Keywords: Landscaping. Urban planning. Master plan. Sustainability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
2 NATUREZA E O HOMEM EM MARX.....	10
2.1 A relação homem/natureza no sistema capitalista.....	10
2.2 A relação homem-natureza na perspectiva marxista.....	14
2.3 União que é preciso resgatar: Homem e Natureza.....	17
3 NATUREZA, PAISAGISMO E SOCIEDADE	19
3.1 A realidade e seu preço	19
3.2 A origem do flagelo de natureza	26
3.3 Hoje – O mundo caótico	30
3.4 As transformações das sociedades e o desenvolvimento do paisagismo	33
4 A INSERÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL NA AGENDA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA	40
4.1 Questões ambientais atuais.....	44
4.2 A Conferência Rio + 20.....	52
5 PLANEJAMENTO URBANO	56
5.1 Desenvolvimento Local.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	64

INTRODUÇÃO

Observamos que a aplicação do paisagismo nos ambientes ocupados pelo homem reflete os desejos estéticos e as necessidades do momento em que ele vive, ainda que, por vezes, essas necessidades são criadas e estejam relacionadas muito mais aos interesses do mercado de consumo do que aquelas propriamente essenciais da vida. As constantes alterações do modo de viver da humanidade nos revelam essa conexão entre esta e o paisagismo.

O crescimento da população mundial, a escassez de espaço, o modo de produção capitalista e a concentração de renda são fatores que interferem e influenciam o ambiente onde vivemos, e, conseqüentemente, a paisagem.

A degradação do ambiente em detrimento das necessidades humanas, a pobreza gerada pela concentração de renda, os conflitos pelo poder em algumas nações e os distúrbios sociais pela busca de um lugar seguro, são problemas que enfrentamos hoje e enfrentaremos no decorrer deste século.

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso de Pós-graduação em Paisagismo é explicitar a íntima relação que há entre o modo capitalista de produção, a alteração de paisagem e a forma de aplicar o paisagismo.

Foi a análise de fatos contemporâneos, paisagens atuais e tendências do paisagismo nesse começo de século o que nos instigou a abordar os principais pontos que evidenciam o nosso propósito acadêmico, que restará claro no desenvolvimento desse trabalho. Apesar disso, não deixaremos de tratar de fatos históricos que revelam as transformações em torno do paisagismo (concepções, funções, etc.) que são objeto do nosso estudo.

Para enfrentarmos o nosso objeto de estudo nos apropriamos das seguintes categorias teóricas: cidade, habitação, paisagem, paisagismo, modo de produção, capitalismo, mercado imobiliário, ambiente, recursos naturais, consumo, entre outras. Além da consulta aos livros de determinados autores, consultamos matérias jornalísticas e sítios da internet, e, por fim, o Estatuto das

Cidades (Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001) e Projeto de Lei nº 2.043, de 2011, de iniciativa do Deputado Federal Ricardo Izar, que Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.

O resultado dos estudos e pesquisas por nós realizados está aqui organizado em duas seções, cada uma delas trazendo conteúdos correlacionados aos objetivos previamente definidos e articulados entre si.

Iniciamos o primeiro capítulo trazendo ilustrações a partir de diversas reportagens jornalísticas, internacionais e locais, nas quais são abordados alguns problemas das cidades, tais como poluição, violência, intempéries climáticas, entre outros.

Em continuidade, ainda no primeiro capítulo, fazemos um breve apanhado histórico das cidades ao longo da história, e, do paisagismo no contexto político e econômico de cada época. Falamos teoricamente sobre o paisagismo, natureza (ciência e arte), princípios e funções. Enfatizamos o paisagismo contemporâneo, assim como a exploração e fatiamento urbano pelo capitalismo (mercado imobiliário e políticas públicas de habitação) e o atual papel do paisagismo neste processo.

No segundo capítulo, tratamos do Estatuto das Cidades, fazendo uma análise orientada ao nosso objeto; leis que tratam da questão ambiental no âmbito das cidades; Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados acerca da regulamentação da profissão de paisagista, a interface e interdisciplinaridade do paisagismo.

Ao final, sem a pretensão de fecharmos o debate, mas com a intenção de indicarmos algumas sínteses, apresentamos algumas conclusões a respeito do percurso e das questões tratadas no trabalho.

Por certo, inúmeras limitações poderão ser apontadas em nossas reflexões, mas o propósito delas é apenas instigar o desenvolvimento crítico sobre as concepções e funções do paisagismo no âmbito da sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, subsidiar novas ideias e novos debates sobre o tema.

2 NATUREZA E O HOMEM EM MARX

Em Marx, as definições e ideias acerca da natureza, do homem e da mercadoria estão intrinsecamente interligadas, pois há uma severa crítica da alienação que o homem sofre no seio da sociedade capitalista. Assim, neste capítulo, desenvolveremos como se processa a integração desses conceitos no pensamento crítico do marxismo.

2.1 A RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA NO SISTEMA CAPITALISTA

O que se assiste hoje é uma prática capitalista predatória na qual as empresas e organizações desenvolveram os hábitos consumistas na população, que tiveram que ser refreados em seu impulso para a degradação do ambiente. Há décadas vem sendo travada a luta denominada “questão ambiental” entre os detentores do capital e os defensores do ambiente, cujas vozes desses últimos, finalmente, encontraram eco na sociedade que passou a cobrar posturas para o desenvolvimento sustentável em um verdadeiro movimento de proteção da natureza e do planeta como um todo.

“A crise ecológica requer um repensar sobre a forma como está estruturada e como funciona a sociedade contemporânea. O modo como é gerida a natureza, o modo de produção e de consumo, os meios de produção, o modo de vida, as técnicas aplicadas, a tecnologia utilizada e a ciência a seu serviço, no sentido de reaproximar o homem da natureza (Bihr, 1999). Dito de outro modo, essa crise ecológica/ambiental evidenciada através de dois elementos característicos da sociedade contemporânea: tecnologia e crescimento, nos incita ao questionamento de um estilo de desenvolvimento internacionalizado, que revela-se enquanto modelo de desenvolvimento ambientalmente predatório e socialmente injusto, manifestado, principalmente nos processos de modernização da agricultura, de urbanização e de exploração desenfreada dos recursos naturais”. (OLIVEIRA, 2002, p. 10)

Com o desenvolvimento do capitalismo, a natureza passou a ser concebida como algo que deveria sofrer a dominação do homem, pois o homem é o agente transformador da natureza para o próprio bem-estar da sociedade.

“No século XIX, com o desenvolvimento da ciência e da técnica o pragmatismo triunfou. A natureza passou a ser concebida cada vez mais como um objeto a ser possuído e dominado. Aos olhos da Ciência a natureza foi subdividida em física, química, biologia, e o homem em economia, antropologia, história etc. Nesse contexto, qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza orgânica e integradamente se tornou falha, pois a separação não se efetuava apenas no nível do pensamento, mas também da ‘realidade objetiva’ construída pelo homem. A divisão social e técnica do trabalho contribuiu para que houvesse o processo de fragmentação e dicotomização do fazer e do pensar da sociedade capitalista industrial”. (OLIVEIRA, 2002, p. 8)

Segundo Gonçalves (*apud* OLIVEIRA 2002), o capitalismo, que se incorporou quando do surgimento da civilização industrial, adotou “a ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não-natural e fora da natureza”. Houve uma rutura entre as ciências da natureza e as ciências do homem, criando-se “um abismo colossal entre uma e outra e (...) tudo isso não é só uma questão de concepção de mundo...”.

Para entender como se dá a influência das ideologias dominantes no campo do ensino-aprendizagem, podemos destacar que a Ciência Moderna foi “acometida pela concepção de homem e natureza, cujo indivíduo era o referencial”, segundo Oliveira (2002), pois no contexto das Ciências Naturais, a Física havia concebido o átomo como uno e indivisível e a Biologia descobrira a célula como uma, enquanto que as Ciências Sociais concebiam o indivíduo como indivisível e como um elemento reinante.

“No início do século XX, já não se concebe o átomo como uma unidade indivisível, mas como um sistema constituído de partículas que se interagem mutuamente. Na medida em que foi se desenvolvendo o estudo dos hábitos dos animais, ficou mais difícil compreender a evolução da vida das espécies animais tendo como referência apenas o comportamento de um indivíduo estudado em laboratório. Daí o reconhecimento de que a convivência social já se fazia presente no que denominávamos de natureza. Gonçalves chama atenção para isso quando faz referência àqueles que afirmam que ‘o homem é um ser social’. Segundo ele, os animais também vivem socialmente e que esta não é uma característica apenas do homem, portanto não podemos separar o homem da natureza através dessa afirmação”. (OLIVEIRA, 2002, p. 9)

Marx explica passo-a-passo, a imbricação que há entre a natureza, o homem e a mercadoria mediada pelo dinheiro como fator essencial para estruturar a sociedade capitalista, no entanto, contrariando a lógica do raciocínio, o autor demonstra que dinheiro não produz dinheiro e de que maneira, então, produz-se capital?

Marx concebe o caráter contraditório do dinheiro, pois em sua essência, ele é pura forma, no entanto, na sua aparência, mantém sua aura de concretude. Segundo Paulani (2000), Marx vislumbra a natureza contraditória do dinheiro, “sua alma descarnada, que, no entanto, tem de se mostrar como o contrário do que é. Se o objeto for apenas meio de troca, não será dinheiro, mas tão-somente moeda, apenas forma evanescente da mercadoria, nunca fim em si mesmo”. Assim, o dinheiro:

“(...) tem e não tem de ser mercadoria: não pode sê-lo essencialmente; tem de sê-lo aparentemente. As três determinações que constituem o dinheiro como esse objeto contraditório (ser medida do valor, ser meio de troca e ser simultaneamente dinheiro de crédito e objeto de entesouramento) não se alteram em nada, afirma Marx, quando o dinheiro se coloca como dinheiro mundial, pois esta não é uma nova determinação do dinheiro, mas um de seus usos como dinheiro”. (PAULANI, 2000, p. 106)

É só aí, porém, lembra ele, que o dinheiro ganha uma forma de existência adequada a seu conceito, pois só aí torna-se possível efetivar a dimensão de infinito inequivocamente presente em sua natureza. Quando há a intervenção do capitalista (comerciante) em uma troca de mercadorias não há alteração das relações de venda e compra, pois A vende ao comerciante que vende a B, portanto A continua como vendedor e B como comprador.

“Os participantes do negócio, A e B, não veem diferença nas duas sequências: desempenham apenas a função de comprador ou de vendedor de mercadorias e, de minha parte, confronto-me com eles na posição de simples possuidor de dinheiro ou de mercadoria, de comprador ou de vendedor. Com a inversão da sequência das operações, não saímos da esfera da circulação simples de mercadorias, e temos de investigar se ela permite, de acordo com sua natureza, expansão do valor que nela se lança e em consequência formação de valor excedente (mais valia)”. (MARX, 1890, p. 176)

Segundo Oliveira (2002), nas origens da humanidade o homem e a natureza estavam unidos organicamente sob um mesmo ritmo, mas essa unicidade foi rompida com o modo de produção capitalista e a natureza que era o meio de subsistência humano dentro da sociedade capitalista vai compor os meios de produção a serviço do capitalista.

“A sociedade contemporânea, consubstanciada numa dinâmica complexa e contraditória, possui uma organização interna, a qual representa um conjunto de mediações e relações fundamentadas no trabalho. Sob o capitalismo, o qual se identifica com a reprodução ampliada do capital e que necessita da produção de mercadorias como veículo de produção da mais-valia para possibilitar a sua expansão, a relação homem-meio apresenta-se como contradição capital-trabalho, pois se pensarmos do ponto de vista abstrato, os homens se relacionam com a natureza para a transformar em produtos. Se pensarmos do ponto de vista real, o trabalho é um processo de produção/reprodução de mercadorias”. (OLIVEIRA, 2002, p. 7)

O capitalista apropria-se dos recursos naturais, que passam a ser negociados, eliminando totalmente o seu caráter de gratuidade. “A incorporação da natureza e do próprio homem ao circuito produtivo é a base para que o capital se expanda”, afirma Oliveira (2002).

“No processo de acumulação do capital, o trabalhador tem sido despojado do conjunto dos meios materiais de reprodução de sua existência e forçado a transformar sua força de trabalho em mercadoria, a serviço do próprio capital, em troca de um salário. O capital separa os homens da natureza, em seu processo de produção/reprodução e impõe que o ritmo do homem não seja mais o ritmo da natureza, mas o ritmo do próprio capital.

Sabemos que na relação capital x trabalho há um antagonismo, haja visto que o capital nutre-se da exploração do trabalho do homem. Nesta relação, como o homem realiza o trabalho capitalizado, ao entrar em contradição com o capital, ele entra em contradição com a própria natureza”. (OLIVEIRA, 2002, p. 12)

À medida em que o capital exige maior produtividade do trabalho ele eleva tanto a taxa de exploração do trabalho quanto da natureza, ampliando a alienação em ambos: no trabalho e na natureza, “gerando uma dicotomia entre sociedade e natureza”, afirma Oliveira (2002). “A alienação do trabalho reproduz-se a todas as instâncias da sociedade capitalista: aliena-se o homem da natureza, dos produtos, do saber, do poder e dos próprios homens. Se o poder sobre os

homens nas ‘sociedades naturais’ passa pelo controle da terra, sob o capital o poder passa pela alienação do trabalho”. (MARX *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 13)

A degradação ambiental tem início quando da “perda da identidade orgânica do homem com a natureza” ocorrida a partir do capitalismo quando o homem perdeu sua identificação com a natureza.

2.2 A RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA NA PERSPECTIVA MARXISTA

Oliveira (2002) destaca que para Karl Marx é necessário “buscar a unidade entre natureza e história ou entre natureza e sociedade, pois a natureza não pode ser concebida como algo exterior à sociedade, visto que esta relação é um produto histórico”.

“Marx adotou o conceito de metabolismo ou interação metabólica, para possibilitar a compreensão de que há uma mediatização da sociedade com a natureza, e que a força motivadora dessa interação é o processo de trabalho, pois tanto o Sujeito – o trabalhador, como o Objeto – a matéria-prima a ser transformada – são fornecidos pela natureza ao trabalho”. (OLIVEIRA, 2002, p. 4)

Segundo o marxismo, as leis da natureza e também a própria natureza existem de forma independente da consciência e dos desejos do homem e as leis da natureza são formuladas necessariamente com o auxílio de categorias sociais. Segundo Oliveira (2002) “a natureza é dialética, e esta dialética se dá em função da interação do homem com a natureza”:

“A natureza se torna dialética produzindo os homens, tanto como sujeitos transformadores que agem conscientemente em confronto com a própria natureza, quanto como forças da natureza. O homem constitui-se no elo de ligação entre o instrumento do trabalho e o objeto do trabalho. A natureza é o Sujeito-Objeto do trabalho. Sua dialética consiste nisto: que os homens modificam sua própria natureza à medida em que eles progressivamente eliminam a natureza exterior de seu e de sua exterioridade, à medida em que mediatizam a natureza através de si próprios e à medida em que fazem a própria natureza trabalhar para seus próprios objetivos” (SMIDT *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 4)

Marx concebe que o homem atinge a hominização por meio do trabalho, pois transformando o meio onde vive (a natureza) é que o homem vai se modificando. No entanto, este processo foi afetado com a introdução do capitalismo. Assim, explica Marx: “A circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital”. (MARX, 1890, p. 165)

Segundo Nova (2000), há uma dualidade no exame da história: a história da natureza de um lado e a história dos homens de outro, no entanto, são dois aspectos inseparáveis, pois toda existência passada, presente e futura do homem estará incondicionalmente ligada à história da natureza. Ainda, segundo a autora citada, Karl Marx e Friedrich Engels ao dividirem a “história em história natural e história humana” atestam que a história humana é consequência da história natural.

“Suas análises concentram-se, sobretudo, na história humana, que é a que mais lhes interessa. Apesar disso, em seus primeiros escritos, trataram do fenômeno de gênese da história da humanidade. Para Marx, o homem, como ser natural e objetivo, tem sua origem na própria natureza e não em fatores sobre-humanos. Daí que a descrição da história tem sempre que se iniciar por bases naturais. Partindo dessa constatação, ele afirma que a primeira premissa de toda a história humana é a existência de indivíduos vivos e que o primeiro ato histórico-humano é a organização física desses indivíduos na natureza. Até então o homem quase não se difere do restante da natureza e dos demais animais.

Dessa forma, podemos afirmar que o desenvolvimento da humanidade tem sua origem no trabalho humano, compreendido como processo de transformação da realidade objetiva pelo homem e de transformação de si próprio: ‘autocriação’. É o trabalho, como Marx fala nos *Manuscritos*, que faz da realidade objetiva a realidade humana”. (NOVA, 2000, p. 4)

O animal é pré-programado por sua natureza e não tem a capacidade de projetar sua existência nem modificá-la, por isso dá respostas instintivas ao meio em que vive. Segundo Frigotto (2009), “os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência (...)”.

“É extremamente necessário reafirmar aqui a diferença existente entre o trabalho realizado por um ser sociável e o ato praticado por um animal

primitivo, pois o primeiro carrega consigo a capacidade de projetar em sua consciência algo que deseja pôr em prática, já o ser primitivo não possui tal capacidade, sua ação é guiada pelo seu instinto animal, ou seja, ele age espontânea e irracionalmente, cujas atividades não exigem nenhum tipo de aprendizado anterior ou de reflexão”. (SOUZA, 2008, p. 13)

É um ser da natureza, mas “ao constituir-se humano se diferencia dela assumindo uma autonomia relativa como espécie do gênero humano que pode projetar-se, criar alternativas e tomar decisões”. (KONDER, 1992; ANTUNES, 2000 *apud* FRIGOTTO, 2009, p. 2).

“Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. (MARX *apud* FRIGOTTO, 2009, p. 1)

Segundo Souza (2008), “Marx é o fundador da análise sobre a categoria trabalho como base ontológica central para o homem em sociedade”, ou seja, o homem vai se transformando à medida em que vai modificando o meio em que vive. O que difere o homem de todos os animais é a sua capacidade em transformar a natureza por meio do trabalho.

“O *homem* é, num sentido imediato, um *ser natural*. Como ser natural vivo, está munido, em parte, de *forças naturais* e, em parte, de *forças vitais*, o que lhe dá a característica de mostrar-se como um ser natural *ativo*; tais forças existem nele como disposições e capacidades, como *instintos*. O homem, como ser natural, ... é um ser condicionado e limitado ... isto quer dizer que os objetos dos seus instintos existem fora dele, como *objetos* independentes dele, mas semelhantes objetos são *objetos* da sua *necessidade*. ... O homem é um ser *corporal*, ... o que significa que tem objetos reais ... ou que só pode expressar a sua vida em *objetos reais* ... Ser objeto .. e ter, fora de si, objeto, ... ou ser objeto ... para um terceiro, é idêntico ... Um ser não objetivo é *um não-ser*”. (MARX *apud* NOVA; 2000, p. 5)

2.3 UNIÃO QUE É PRECISO RESGATAR: HOMEM E NATUREZA

Na obra *O Manifesto do Partido Comunista* editado em 1848, Marx e Engels acusam o capitalismo de ser responsável de ser um divisor de águas na sociedade, quando dividiu o homem urbano e o rural, “cada um se submetia a um tipo de privação: o homem rural privado dos elementos intelectuais contidos nas cidades, enquanto o homem urbano ficava privado do seu sustento material e de uma sadia qualidade de vida, portanto excluído do ar, da limpeza, etc” (FOSTER *apud* (NOVAES; SCHIAVONE, 2008, p. 1).

“A associação mais clara entre a filosofia marxista e a questão ecológica, é notada em sua obra “*O capital – crítica da economia política*”. Nesta obra, Marx apresentou o metabolismo das relações entre o homem e a natureza, (as ações do homem com a natureza e como essas interferem no meio ambiente), tratando em verdade, da falha que ocorre nesse metabolismo (falha metabólica) como uma decorrência da divisão entre a cidade e o campo (FOSTER, 2005). Ocorre que a concentração da população nos meios urbanos faz com que haja obstáculos na relação metabólica entre o homem e o meio natural, o que gera a degradação ambiental, por não haver retorno à natureza dos elementos naturais retirados pelo homem”. (NOVAES; SCHIAVONE, 2008, p. 2)

Segundo Novaes & Schiavone (2008), “Marx e Engels defendiam a extinção da divisão entre a cidade e o campo, pois esta divisão representaria a alienação do homem perante a natureza; impedindo uma distribuição equitativa da população”. Esses dois pensadores procuravam conscientizar sobre o caminho contrário assumido pelo sistema capitalista, porque a produção em escala era autofágica, ou seja, “retiram da natureza as matérias-primas que sustentam materialmente o próprio sistema, ao mesmo tempo em que não mantém preservadas as fontes naturais”, provocando o colapso do sistema.

Toda esse retorno tardio à valorização da natureza e à sustentabilidade poderia ter sido evitado em sua origem, mas, parafraseando Ismael Silva “arrepentimentos não pagam dívidas”, há, atualmente um esforço de guerra ou uma tarefa hercúlea para impedir o colapso do planeta.

Marx afirma que no capitalismo não se atribui valor à natureza ou ao homem, e sim aos bens produzidos (MARX, 1985). Com isso, se faz clara uma inversão de valores, uma vez que tais produtos somente são valorados quando

produzidos pelo homem, e por sua vez, o homem, para produzi-los, provocou alterações na natureza, modificando-a. (NOVAES; SCHIAVONE, 2008, p. 3)

O marxismo atribui a degradação da natureza à “divisão entre meio urbano e rural que exclui o homem da natureza, não dando valor assim a sua própria origem e com isso dificultando ainda mais a sua preservação”, segundo Novaes & Schiavone (2008). O pensamento de Marx demonstra ser altamente contemporâneo no momento em que propunha a “interação entre a indústria e a agricultura (que resultaria em um desenvolvimento equilibrado sustentável), associada com mecanismos que possam fazer voltar os recursos naturais a sua fonte primária”, segundo os mesmos autores.

3 NATUREZA, PAISAGISMO E SOCIEDADE

3.1 A REALIDADE E SEU PREÇO

Para situarmos nosso objeto no tempo presente – já que é nesse tempo que ele apresenta sua forma mais desenvolvida e nos permite compreender suas formas pretéritas – iniciaremos nossa abordagem trazendo à reflexão variadas mazelas das cidades contemporâneas. Faremos isso, utilizando inúmeras matérias jornalísticas que ilustram alguns dos conflitos, danos e contradições das cidades em todo o mundo.

Vejamos o que disse o jornalista Bruno Calixto (2014, p. 1) em matéria publicada na Revista Época acerca da poluição nas grandes cidades:

Nova Délhi, a capital da Índia, é oficialmente a cidade com a pior qualidade de ar do mundo. Um novo relatório publicado nesta semana pela Organização Mundial da Saúde (OMS) apresenta dados sobre a poluição atmosférica em 1600 cidades, e faz um alerta: aumentou o nível de poluição em todo o planeta.



Figura – Ciclista usa uma máscara por conta da alta concentração de poluentes no ar de Pequim, China

Fonte: Calixto, 2014

[...] As cidades chinesas também aparecem na lista, mas não entre as dez mais. A China enfrenta episódios agudos de poluição do ar no inverno. O governo chinês, no entanto, anunciou no mês passado uma "guerra à poluição", com dezenas de medidas para tentar recuperar a qualidade do ar de suas principais cidades.

[...] A lista conta com 40 cidades brasileiras. A pior é Santa Gertrudes, em São Paulo, que aparece como a 175ª cidade mais poluída do mundo - culpa de um polo industrial de produção de cerâmica, o principal emissor de poluentes da região. Outras cinco cidades brasileiras apresentam mais poluição do que o recomendado pela OMS.

Contudo, a poluição nos grandes centros urbanos, produzida pela crescente queima de combustíveis fósseis, está longe de ser o único problema a ser enfrentado pela população mundial. Fatores antrópicos vêm interferindo no mundo de forma avassaladora. Conflitos políticos e perseguições religiosas – que têm suas bases nas disputas econômicas - têm causado o deslocamento gigantesco de populações inteiras, acarretando outros tantos problemas nos locais de destino. É o que demonstra Antônio Luiz M. C. Costa (2016, p. 2), em matéria escrita para a Carta Capital:

O deslocamento de camponeses e pastores arruinados pela seca para cidades onde são marginalizados e a disputa por águas e terras férteis cada vez mais escassas estão por trás de muitos dos conflitos da África e Oriente Médio. O mundo está apenas começando a sentir as consequências da maior catástrofe do século XXI. Quando atingir com força países populosos como o Egito, os problemas atuais serão vistos como mero preâmbulo.

[...] Milhões de refugiados vegetam em campos turcos, libaneses e jordanianos, onde dependem de uma caridade cada vez mais escassa. Suas doações e os recursos do Acnur caíram 7% em 2014, apesar do aumento de 22,9% no número de refugiados. Sem perspectivas de voltar ou de conseguir emprego nos países vizinhos que precariamente os acolhem, não é de admirar que arrisquem a vida por uma oportunidade em países mais desenvolvidos.



Figura – Pontos de partida: refugiados em Yarmouk, perto de Damasco, aguardam distribuição de comida e sírios em fuga do Estado Islâmico acampam no deserto curdo

Fonte: Costa, 2016

[...] Que a União Europeia tenha tanta dificuldade para lidar com as preliminares desse fenômeno não é bom sinal. Suas instituições criadas no clima de otimismo neoliberal dos anos 1980 e 1990 não contemplaram com seriedade a possibilidade de crises monetárias e financeiras, muito menos humanitárias. Ante dificuldades mais sérias, reage não como uma família unida, mas como uma pirâmide financeira em risco de desabar. (COSTA, 2016, p. 2)

O modo de enfrentamento dos conflitos oriundos da convivência nas fronteiras secas entre países de diferentes níveis de desenvolvimento econômico tem exposto uma face cruel do capitalismo. Recentemente reacendeu-se a polêmica na fronteira política entre o México e os Estados Unidos. De acordo com Pena (ano, 2017, p. 17):

Atualmente a extensão do muro entre México e Estados Unidos é de aproximadamente 1.130 quilômetros, cerca de um terço da fronteira entre os países. Em alguns pontos, ele é uma “parede” simples, de altura não muito elevada e com algumas proteções em seu topo. Em outros lugares, no entanto, ele é composto por dois muros e um espaço entre eles por onde passam veículos militares e de fiscalização, além de

contarem também com algumas torres de observação e militares preparados para, quem sabe, abater os eventuais invasores.

Outra crítica apontada sobre a construção desse muro é o caráter dual por parte do governo dos Estados Unidos, que sempre barrou a entrada da população mexicana, mas que não se deteve em enviar para o país, sobretudo nas regiões de fronteira, várias empresas e indústrias multinacionais, que empregam a população local sob baixos salários e condições precárias de trabalho. Nesse contexto, várias cidades surgiram nessas regiões, marcadas pela urbanização acelerada, a marginalização social, o intenso tráfico de drogas e todas as contradições sociais de lugares marcados pela concentração de renda e o desvio de interesses. Entre essas cidades, os exemplos mais evidentes são Tijuana e Juarez. (Figura) (PENA, 2017, p. 17)



Figura – Imagem da cidade de Tijuana, na fronteira com San Diego, cidade do estado da Califórnia
Fonte: Pena, 2017

Podemos dizer que, em termos gerais, a construção do Muro entre México e EUA é um dos grandes marcos das relações políticas, econômicas e diplomáticas entre os países do chamado “Norte desenvolvido” com o “Sul subdesenvolvido”, demarcando mais do que simplesmente fronteiras políticas. (PENA, 2017, p. 17)

No Brasil, no início do ano de 2017, após massacre, Manaus tem onda de violência e moradores temiam crimes. Ao menos 12 pessoas foram mortas na capital entre quarta-feira (04/01/2017) e sexta-feira (06/01/2017).

Aproximadamente 60 presos foram mortos em presídios do Amazonas. A violência toma conta das grandes cidades.

Após 60 mortes, 184 foragidos e rebeliões em quatro presídios do Amazonas, Manaus vive uma onda de violência. Ao menos 12 pessoas foram assassinadas na capital, entre quarta (4) e sexta-feira (6). A sequência de crimes tem deixado moradores da cidade assustados. "Eles ficaram em liberdade e agora nós estamos presos", disse um dos entrevistados pelo G1. (AMAZONAS, 2017)



Figura – Presídio em chamas
Fonte: Amazonas, 2017

[...] Um engenheiro que mora no Campos Eliseos, na Zona Centro-Oeste, contou ao G1 que não se sente seguro nem no próprio conjunto onde mora. "Não há mais segurança em lugar algum da cidade. Até mesmo o conjunto em que moro, que sempre considerei seguro, e nunca havia presenciado nenhum ato de violência se tornou alvo, com um assassinato a sangue frio em um acerto de contas de traficantes. É um absurdo. Como é possível planejar sua vida com tanto medo?", contou. (AMAZONAS, 2017)

A falta de postos de trabalho e a esperança de enriquecimento por meio da atividade extrativista fez com que 10 mil garimpeiros invadissem uma cidade, no Centro-oeste do país. Nesse mesmo contexto, de ganância pelo lucro, o comércio aproveitou a lei da oferta e a da procura, elevando o valor de uma garrafa de água a R\$ 10,00. Segundo reportagem de Repórter MT (2015, p. 2):

Comércio no município de Pontes e Lacerda (450 km de Cuiabá) já não têm mais pás, picaretas, peneiras e geradores. As ferramentas foram consumidas pelos cerca de 10 mil garimpeiros que invadiram uma área de serra, localizada a 30 quilômetros da cidade, em busca de ouro. (REPÓRTER MT, 2015, p. 2)



Figura – Os garimpeiros que chegam à cidade estão pagando R\$ 50, cada, para moradores os levarem até a serra

Fonte: Repórter MT, 2015

A descoberta teria ocorrido por conta de uma forte chuva que caiu no local. Fotos de enormes pepitas de ouro foram divulgadas na internet o que causou a invasão. Segundo moradores, até médicos e dentistas se instalaram no local para garimpar. (REPÓRTER MT, 2015m p. 2)

Nas metrópoles brasileiras a falência de políticas públicas de habitação não permite o acesso de parte significativa dos cidadãos de baixa renda ao direito à moradia, conseqüentemente, o mesmo Estado que é incapaz de solucionar o problema de habitação popular age com violência quando Trabalhadores Sem-Teto ocupam prédios e terrenos em ação conjunta em São Paulo. Isso resta evidenciado numa reportagem sobre a Frente de Luta por Moradia que reiteradamente tem reivindicado a ocupação de prédios abandonados. (SEM-TETO, 2016)

Moradores sem-teto ocuparam prédios e terrenos na capital paulista na noite de domingo (30). Um dos edifícios estava desativado há mais de 20 anos e os integrantes do Frente de Luta por Moradia (FLM) reivindicam que a Prefeitura de São Paulo trabalhe pela transformação do edifício em moradia. (SEM-TETO, 2016)



Figura – Edifício ocupado por sem-teto
Fonte: Sem-teto, 2016

[...] A Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana acompanharam a movimentação em alguns desses pontos. Os guardas se mantiveram em frente ao edifício do antigo Cine Marrocos, também no centro, para garantir que o local não fosse ocupado novamente. Há duas semanas, o prédio histórico foi alvo de uma reintegração posse e 127 famílias deixaram o local. (SEM-TETO, 2016)

A ocupação dos espaços de forma não planejada ou irregular afeta sobremaneira o solo, o regime de chuvas, a força e direção dos ventos entre outros fenômenos climáticos e meteorológicos. O excerto da matéria a seguir deixa isso evidente:

Um ciclone subtropical foi a causa dos estragos registrados na Grande Florianópolis e no litoral Sul do Estado na madrugada deste domingo, segundo o meteorologista Leandro Puchalski. O fenômeno começou a tomar forma na noite de sábado e nas primeiras horas de hoje provocou destelhamento de casas, queda de árvores, deslizamentos, além de ter deixado 260 mil domicílios sem energia elétrica, a maioria na Capital.



Figura – Árvore cai e obstrui Rua da Capela, no Campeche
Fonte: Ciclone, 2016

Em Florianópolis foi registrada a maior velocidade de vento, 118 km/h, às 4h40 de domingo, segundo informações da estação meteorológica do Aeroporto Internacional Hercílio Luz. Choveu na Capital, em 24h, o equivalente a todo o previsto para o mês de dezembro, mais 160 mm (CICLONE, 2016).

No item seguinte, veremos sobre a origem do flagelo da natureza, que é a sequência de um processo de degradação da natureza.

3.2 A ORIGEM DO FLAGELO DA NATUREZA

Foi a partir da segunda metade do Século XX, e intensificadas no Século XXI, que as áreas ocupadas pelo homem ficaram cada vez mais restritas. Os contornos político-geográficos das cidades, e até mesmo de alguns países, tornaram-se pequenos para a exploração humana.

O espaço terrestre habitável foi completamente ocupado e dominado pelo mercado. Por um lado, as grandes extensões de áreas destinadas à exploração de recursos naturais, agricultura, pecuária, e ainda a transferência de parques industriais para a região periférica das cidades. Por outro, a especulação

imobiliária fez com que lotes unifamiliares se transformassem em empreendimentos multifamiliares, causando o apinhamento de prédios residenciais nos centros urbanos.

Neste processo de reconfiguração dos lugares comprometeram-se alguns valores pessoais, individuais e coletivos, algumas vezes de maneira irreversível, como bem sintetiza José Augusto de Lira Filho (2002, p. 152-153):

O crescimento das cidades, que leva à sua expansão sobre a área rural ou à renovação de áreas urbanas preexistentes, transforma em curto espaço de tempo a fisionomia do lugar. Os testemunhos da natureza original e da história podem facilmente desaparecer. Muitas vezes, os lugares resistem a essa tendência de homogeneização, conservando ou criando, mesmo que precariamente, referências próprias que favorecem a formação de vínculos simbólicos da população com o lugar onde vive. Assim se dá com os pontos de encontro tradicionais, com certos sítios históricos, com uma determinada rua, ou construção, e, também, com os elementos da paisagem natural que tão bem conseguem caracterizar uma região, e até pelos processos construtivos dos seus edifícios, pelo traçado das suas ruas (desenho urbano), e mesmo pela arborização e pelo mobiliário urbano.

Contudo, mesmo com todas as transformações que possam transfigurá-las do original, as cidades contam através das suas cicatrizes e plásticas rejuvenescedoras, a sua história. Para Raquel Rolnik (2017, p. 9), em *O que é Cidade*, os traços das cidades sempre são percebidos pelo desenrolar da sua história e a memória que se tem dela. É como se segue:

[...] O próprio espaço urbano se encarrega de contar parte de sua história. A arquitetura, esta natureza fabricada, na perenidade de seus materiais tem esse dom de durar, permanecer, legar ao tempo os vestígios de sua existência. Por isso, além de continente das experiências humanas, a cidade também é um registro, uma escrita, materialização de sua própria história (ROLNIK, 2017, p. 9).

E, pensando na preservação da memória das cidades e das suas histórias foram criadas leis de preservação de prédios históricos. Mas, em alguns casos, por falta de apoio público e, em outros, por prevalência de interesses imobiliários, muito do acervo arquitetônico das cidades se perde em ruínas ou é destruído, dando lugar a novas e mais modernas construções.

Todas as transformações que ocorrem nas cidades, no entanto, não acontecem de forma aleatória e desconexa. Elas fazem parte de um contexto

coordenado para atender a uma lógica de mercado, cujo objetivo é a obtenção de lucro, ainda que para isso seja necessário o desatendimento de interesses imateriais, que na hierarquia axiológica capitalista tem menor valor. A destruição de espaços construídos – que sempre revelam determinadas formas de vida das sociedades nas mais diferentes épocas históricas – é uma importante estratégia do capitalismo para enfrentar suas crises. É o que Harvey (2011) chama produção destrutiva. Trata-se de uma irracionalidade, mas que tem um componente racional: recompor as taxas de lucro do capital. Hoje, todos esses processos passam também pelo circuito do capital financeiro.

O planejamento urbano feito de maneira a atender os interesses do mercado financeiro, tem chamado a atenção de muitos urbanistas, a exemplo de Raquel Rolnik (2017, p. 14-15), que observando atentamente esse movimento, explica:

A propriedade imobiliária (*real estate*) em geral e a habitação em particular configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras da expansão do capital financeiro. A cresça de que os mercados podem regular a alocação da terra urbana e da moradia como forma mais racional de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros experimentais e “criativos” vinculados ao financiamento do espaço construído, levou as políticas públicas a abandonar os conceitos de moradia como um bem social e de cidade como um artefato político. As políticas habitacionais e urbanas renunciaram ao papel de distribuição de riqueza, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismo de extração de renda, ganho financeiro e acumulação de riqueza (grifo da autora).

Na medida em que avançam os interesses do capital financeiro nos territórios, os problemas sociais, climáticos e ambientais surgem e se acumulam de forma exponencial no âmbito dos aglomerados urbanos, clamando por políticas públicas para resolvê-los. Forma-se, então, o binômio injusto da privatização dos lucros versus socialização dos danos. O avanço desenfreado do mercado imobiliário financeiro não é exclusividade deste ou daquele país. Neste particular, há uma verdadeira onda cosmopolita, muito embora saibamos que algumas regiões e porções territoriais são mais ou menos interessante para a concretização do fatiamento do solo com intenção de multiplicar o capital, de acordo com a sua aptidão econômica ou potencial natural.

Não é distinta a conclusão de Rolnik (2017, p. 29), vejamos:

Finalmente, não podemos deixar de assinalar o enorme impacto que as mudanças na forma de provisão de habitação têm sobre a estruturação das cidades de forma geral. Através da atuação dos mercados fundiários e da regulação urbanística, a economia política da habitação implicou também uma economia política da urbanização, reestruturando as cidades. Trata-se, então, não apenas de uma nova política habitacional, mas de um complexo urbanístico, imobiliário e financeiro com impactos profundos no redesenho das cidades e na vida dos cidadãos.

É, então, neste panorama estampado nas cidades contemporâneas que faremos nossa abordagem principal. E o que logo sobressai neste pensamento de cidades contemporâneas é um descompromisso ético de ocupação dos espaços urbanos: é o pensarmos nas cidades como locais de habitação, e não de coabitação, ou seja, apegamo-nos no modo egoísta de pensar as cidades, e deixamos de vê-las como um espaço a ser compartilhado com demais pessoas e grupos; é a incompreensão de que as cidades abrigam além de habitações, ambientes corporativos, industriais, comerciais, e esse compartilhamento deve ser racionalizado e controlado de forma a não comprometer a salubridade e os recursos naturais disponíveis; é deixarmos de projetar espaços de lazer.

Ainda que de forma sucinta é necessário que, aqui, façamos uma abordagem das cidades ao longo da história, ressaltando suas funções, sempre conectadas às formas de organização da produção nos diferentes momentos do desenvolvimento da humanidade.

Assim, na Antiguidade, recém-saídas do nomadismo pré-histórico, as cidades-estados eram espaços de territorialidade que tinham como escopo garantir à população, agora sedentária, ampla participação na vida política.

Já na Idade Média as cidades não possuíam grande relevância, pois o poder político era descentralizado, a economia gravitacionava em torno do campo, e cada feudo possuía uma fortificação de maneira que todas as relações sociais aconteciam intramuros.

A Idade Moderna foi marcada por grandes avanços industriais e das forças produtivas em geral. Na mesma proporção cresceram o adensamento populacional nas cidades e a precarização das condições de vida e de trabalho

das classes trabalhadoras. Nesse mesmo processo, os grandes centros urbanos mergulharam num caótico ambiente para se viver.

3.3 HOJE – O MUNDO CAÓTICO

A qualidade das moradias, o saneamento básico, a água e o ar foram os aspectos que evidenciaram as consequências do crescimento desordenado, da falta de atenção para com os recursos ambientais e o descaso das administrações públicas em todas as esferas de poder.

A cidade Contemporânea é complexa, composta em sua grande maioria por uma porção antiga, original, e outra moderna que atende aos reclames do novo século. São cidades que têm inúmeros problemas infraestruturais, mas são cosmopolitas por natureza. São responsáveis pela direção e controle da economia local, por isso precisam ser tecnológicas, interligadas com outras tantas através de meios de transportes rápidos, e meios de comunicação potentes. Como bem observa Rolnik (2017, p. 9):

Certo, não há muralhas; ao contrário da cidade antiga, a metrópole contemporânea se estende ao infinito, não circunscreve nada senão sua potência devoradora de expansão e circulação. Ao contrário da cidade antiga, fechada e vigiada para defender-se de inimigos internos e externos, a cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade da circulação. São fluxos de mercadorias, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras, subjugando territórios.

Um traço marcante e cada vez mais evidente nas cidades contemporâneas é o que podemos chamar de “setorização social” das cidades, ou “zoneamento” da cidade, ou seja, um sub fatiamento da cidade de acordo com o poder aquisitivo dos seus habitantes.

É comum presenciarmos expressões como “área de comércio popular”, “área nobre”, “bairro popular”, “centro antigo”, “direção bairro/centro”. Em cada uma dessas expressões está contida não só uma localização ou um adjetivo despretensioso, mas, sobretudo, uma ideia de classe predominante naquele

espaço territorial ou função urbana que reforça a ideia de exclusão social. “É este movimento de separação das classes sociais e funções do espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial” (ROLNIK, 2017, p. 45)

Por vezes, durante a expansão urbana, segundo a mesma autora, formam-se áreas de interesse social que com o passar do tempo vão se encontrar com novos bairros, fazendo com que aquela antiga comunidade informal passe a se integrar com as áreas de interesse do mercado imobiliário.

Evidenciando ainda mais a “segregação espacial” urbana, não raramente, a pressão do mercado imobiliário junto ao poder público municipal, faz com que a área de interesse social, embora consolidada, passe a ser molestada e compelida a se retirar e se reinstalar em outro lugar (ROLNIK, 2017).

Essa dinâmica urbana é comum à maioria das cidades localizadas em nações com grande desigualdade social e que compõem a chamada economia periférica.

Outrossim, a crescente globalização tem tornado tanto comuns os problemas, quanto as soluções. É o que notamos quando grandes blocos de países adotam determinada diretriz com o intuito de solucionar determinada questão. No dizer de David Harvey (2005, p. 196-197) citando Marx:

A necessidade de um mercado em permanente expansão acossa a burguesia sobre toda a superfície do globo. Ela deve se estabelecer em todo lugar, estabelecer conexões por toda parte [...] Por meio da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em cada país [...] Todas as indústrias nacionais antigas foram destruídas ou estão sendo destruídas diariamente. Elas são substituídas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida e morte para todas as nações civilizadas; indústrias que não processam mais matéria-prima nativa, mas matéria-prima extraída dos lugares mais remotos; indústrias cujos produtos não são consumidos apenas no mercado doméstico, mas em todas as regiões do mundo. Em vez das antigas necessidades, satisfeitas pela produção doméstica, constatamos novas necessidades, que exigem produtos de lugares distantes e climas diversos para sua satisfação. Em vez do antigo isolamento e autossuficiência local e nacional, temos o intercâmbio em todas as direções, a interdependência universal das nações. Assim como na produção material o mesmo também ocorre na produção intelectual. As criações intelectuais de cada país se tornam propriedade comum. A unilateralidade e a tacinhança nacional são cada vez menos possíveis, e das diversas literaturas nacionais e locais emerge uma literatura mundial...

A globalização é, pois, um processo necessário para a ampliação da acumulação capitalista. Nesse processo padroniza seus conflitos e soluções, numa harmonia tal que as economias dominantes não encontrem resistências nas economias ditas periféricas capazes de obstar aquela expansão.

De acordo com Harvey (2012), essa lógica, inicialmente mercadológica, transcende a esfera comercial e econômica, instalando-se muitas vezes nos campos políticos, ideológicos e sociais.

Os modelos de soluções, no entanto, muitas vezes copiados pela indução lógica do modo de produção é dissonante com a realidade local, tanto do ponto de vista cultural, quanto econômico e social. A prova disso são as políticas de ocupação das áreas suburbanas. Funcionam em países desenvolvidos melhorando a qualidade de vida dos cidadãos, contudo, nos países subdesenvolvidos deslocou o problema dos centros urbanos para as periferias, sem resolvê-lo e ainda o agravando. (HARVEY, 2012)

Particularmente no Brasil, as décadas de 1980 e 1990, sobretudo por conta da promulgação da Constituição Federal de 1988, os avanços foram significativos no campo legal e de garantias sociais à moradia e à cidade. Contudo, foi sob a vigência dos governos populares que as normas, até então programáticas, saíram do papel para ganhar corpo em assentamentos do Plano “Minha Casa Minha Vida”.

A adoção de medidas para disponibilizar subsídios públicos ao crédito para fomentar a indústria da construção civil, aliadas ao crescimento da economia de 2003 a 2014 proporcionaram “um dos maiores ciclos de crescimento do setor imobiliário nas cidades” (ROLNIK, 2017, p. 265).

Todo esse crescimento econômico traduzido em expansão imobiliária inclusiva dos últimos anos trouxe uma série de inconvenientes, como bem sinalizou (ROLNIK, 2017, p. 266):

As dinâmicas econômicas recentes têm desafiado as cidades a absorver o crescimento, melhorando suas condições de urbanização de modo a sustenta-lo do ponto de vista territorial. Os desafios não são poucos, já que não se trata apenas de expandir a infraestrutura das cidades para absorver o crescimento futuro: a base – financeira, política e de gestão –

do processo de urbanização consolidou um modelo marcado por imensas disparidades socioespaciais e grande degradação ambiental.

Ao longo do tempo, a ocupação humana dos espaços livres e a tentativa de reproduzir o ambiente natural nesses espaços (públicos ou privados) das cidades. Foi desse binômio ocupação humana e reprodução do ambiente natural que vieram as técnicas de cultivo, reprodução e adaptação de espécies vegetais. Também foram reproduzidos e representados, cursos d'água, relevo, elementos culturais, entre outros.

É nesse contexto que situamos o debate sobre o paisagismo, que trataremos com mais detalhes a seguir.

3.4 AS TRANSFORMAÇÕES DAS SOCIEDADES E O DESENVOLVIMENTO DO PAISAGISMO

Nem sempre foi possível aclimatar ou reabilitar o espaço urbano ocupado para fazê-lo retornar à salubridade perdida pela desfiguração estrutural do ecossistema preexistente em decorrência dos modelos de desenvolvimento capitalistas adotados em todo o mundo.

O fenômeno antrópico depredatório não é exclusividade desta ou daquela nação, continente ou hemisfério. Todos os países poluem, degradam e consomem recursos naturais como se fossem inesgotáveis, e o que difere uma nação da outra é a intensidade com que comprometem o meio ambiente para as gerações futuras. No entanto, nos países das chamadas economias periféricas, esta degradação é ainda maior em virtude das relações de dependência com as economias centrais e do lugar que aquelas ocupam na divisão internacional do trabalho. A forma de enfrentamento dos efeitos da degradação do meio ambiente é própria de cada sociedade, segundo os valores que trazem, bem como o modelo econômico que adotam.

A história do paisagismo se funde com a história da humanidade e permeia toda a trajetória do desenvolvimento cultural, econômico e tecnológico da

sociedade, seja pela necessidade de suprir as necessidades de alimentação, de cura ou climáticas, seja para demonstrar poder, controle ou beleza.

Certo é que o paisagismo sempre esteve presente em todos os momentos da história e não poderia ser diferente na segunda metade do século XX e na entrada do século XXI, quando recorreremos ao paisagismo de forma a regenerar os ambientes degradados e compensar outros aspectos da ação danosa do homem para com os recursos naturais e paisagísticos dos lugares que ocupou.

Neste particular, fica patente que o próprio modo de produção capitalista, na busca do lucro e da produção do mais-valor, ocupa, explora, altera o ambiente natural, impacta, polui e degrada, sabendo que pode contar com uma eficiente ferramenta – o paisagismo – para “recuperar”, “regenerar”, “remediar”, “compensar”, “camuflar” ou “esconder” os danos causados pela produção da riqueza.

O homem nem sempre teve o domínio sobre a natureza. Mas, na medida em que se intensificam as relações com ela, de um ser dominado pela natureza, passa a ser o senhor dela. Passa a usar os recursos naturais para atender suas necessidades. Por meio de sua capacidade de pensar e de projetar na sua consciência objetivos que pretende concretizar, ele constrói – primeiro idealmente e depois praticamente – coisas novas que não são dadas pela natureza. Por meio dessa sua capacidade o homem passa a conhecer a natureza e a dominá-la de tal modo que tudo que nela existe seja usado para atender necessidades humanas, socialmente determinadas. Dessa tentativa de dominação da natureza pelo homem, surgiram diversos campos das ciências modernas, tais como a agronomia, a geografia, a astronomia, dentre outras.

Inicialmente, o homem necessitava dominar a natureza, como uma forma de sobrevivência, tirando dela o seu sustento e tudo o mais que se fizesse necessário para suprir as suas necessidades fisiológicas e básicas (alimentar-se, matar a sede, vestir-se, alojar-se de forma segura, defender-se de animais, entre outros).

Contudo, a sociedade foi crescendo, e com ela uma gama de necessidades outras foram surgindo. A indústria e o aprimoramento dos meios de produção entraram em desequilíbrio com as necessidades do homem, e o excedente da produção passou a ser passível de troca, aprimorou-se o comércio, até que todos os meios de produção estivessem alinhados num mesmo plano de oferta e procura a que chamamos de mercado.

A relação Homem-Natureza é uma das mais contraditórias que existem, pois ao mesmo tempo em que o homem necessita da natureza a destrói com os seus processos industriais. A mesma natureza que oferece matérias-primas para as indústrias criadas pelo homem é aquela que é agredida pelos processos industriais. (AS RELAÇÕES, 2013)

Em que pese todos vejam essa desarmonia na relação homem-natureza, a degradação ambiental só faz aumentar em todo o mundo. O consumismo desenfreado é um fator que contribui, e muito, para essa relação desigual e perniciosa. Não devemos esquecer que os recursos naturais em regra não são renováveis. Por certo, as sociedades humanas não podem existir sem o consumo, sem o uso dos recursos naturais que permitem a reprodução da vida. O que queremos enfatizar é que, nas sociedades regidas pelo capital, há uma sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso. As coisas não são produzidas para satisfazer mais somente as necessidades humanas, mas para responder às necessidades da acumulação capitalista. O capitalismo não só cria necessidades, mas define o que e como se produz, assim como cria o próprio consumidor para cada tipo de produto colocado no mercado, de acordo com seu poder econômico. Portanto, se a produção é diferenciada, ela atende a diferentes consumidores que vivem em condições objetivas de vidas muito distintas também. Além disso, para que o processo de acumulação tenha mais êxito, o ciclo da produção tem se tornado cada vez mais curto, muito em função da durabilidade dos próprios produtos. Eles são cada vez mais descartáveis, exigindo que o processo produtivo se reinicie ininterruptamente. Não há, portanto, qualquer racionalidade nessa forma de organizar a produção e usar os recursos da natureza.

Todos esses aspectos podem ser traduzidos pela síntese apresentada por Mészáros (2004, p. 268-269, gifo do autor):

[...] a mesma determinação socioeconômica da disjunção estrutural entre o uso (correspondente à necessidade humana) e a produção orientada para o valor de troca, responsável por colocar em movimento os prodigiosos avanços produtivos do capital, também prenunciava desde o início as futuras complicações e, à medida que o tempo passou, cada vez mais se afirmou como uma força extremamente problemática e, em última análise, destrutiva e autodestrutiva. A produção do valor de uso tornou-se impiedosamente *subordinada* aos imperativos do *valor de troca* sempre em expansão, progressivamente transformando este último em um poder auto-sustentado. Como tal, ele se tornou não apenas *indiferente* às necessidades humanas, mas ativa e diametralmente *oposta* a elas, apropriando-se, sem levar em conta as consequências, dos recursos materiais e intelectuais finitos da sociedade em sua qualidade de *antivalor de uso necessariamente* auto-orientado e autoperpetuador.

Entenda-se que quando o autor fala sobre os “recursos materiais e intelectuais finitos da sociedade”, ele está se referindo também aos recursos da natureza. Assim, o meio ambiente revestido de generosidade, infelizmente, é tratado como objeto, que serve para suprir as necessidades de consumo do homem, pois o consumo passou a ser um costume que visa satisfazer necessidades supérfluas, mas sempre vinculado às necessidades de acumulação do capital. Desta maneira, a sociedade passou a perceber a necessidade de encontrar um jeito de conciliar o progresso econômico e a preservação dos recursos naturais. Contudo, isso nos parece impossível, haja vista que a lógica da sociedade capitalista é inconciliável com a ideia do uso racional dos recursos naturais. O modo de produção em que vivemos subordina completa e necessariamente esses recursos aos interesses das classes que se apropriam da riqueza excedente produzida. Essa incompatibilidade entre desenvolvimento econômico capitalista e uso dos recursos naturais resta evidente nas recentes decisões, por exemplo, do governo americano – Donald Trump – em relação aos acordos internacionais relacionados ao ambiente, notadamente em relação a emissão de poluentes na atmosfera. Suas ações vão no sentido de destruir a já frágil política ambiental intentada pelos governos, em 2016, no chamado “Pacto de Paris”.

Por outro lado, historicamente, foi a utilização desenfreada dos recursos da natureza que ocasionou impactos globais que fizeram vários países se unirem em busca de soluções para enfrentar este grande problema, antes que ocorra o esgotamento dos recursos naturais existentes. A questão é sempre colocar em pauta as reais intenções subjacentes a essas soluções e se, de fato, elas têm o condão de impedir o avanço da barbárie.

Toda sociedade consome. Umas mais, outras menos, de acordo com o traço cultural, o regime econômico, entre outros fatores, são o que determinam o grau de consumo de uma determinada sociedade. É claro que quanto maior o grau de comprometimento com o capitalismo de uma sociedade, maior é o consumo de bens e serviços. O regime capitalista incentiva cada vez mais o consumo, para além da necessidade humana, como já elucidamos.

A relação de consumo está, portanto, intimamente relacionada ao desenvolvimento da sociedade, “sendo um grande problema mundial as consequências do consumo exagerado incentivado pelo espírito consumista entranhado pelo regime capitalista enraizado no seio da sociedade, gerando consequências irreversíveis ao meio ambiente” (COSTA; IGNÁCIO, 2011, p. 5). A sociedade deve modificar urgentemente seu padrão de pensamento sobre a relação desenvolvimento econômico e uso dos recursos naturais, mudando a ideia de que seja sempre possível equalizar esses dois polos. Isso porque a grande demanda da produção e do consumo afeta diretamente a retirada de matérias primas da natureza, com a depredação do meio ambiente.

Os países, através dos organismos internacionais, devem buscar formas de criar políticas que possibilitem mudanças nos “padrões não sustentáveis” de consumo e a fim de preservar o meio ambiente e incentivar a reutilização de produtos, ou a utilização de produtos recicláveis e biodegradáveis. Pois todos nós temos o direito ao meio ambiente saudável e equilibrado, que deve ser zelado através da conscientização das relações de consumo possibilitando o desenvolvimento sustentável, e mais que isso, temos o dever de respeitar o meio ambiente para que futuras gerações também possam desfrutar da natureza, tal qual encontramos originalmente. Contudo, no nosso ponto de vista, todas essas

proposições só podem se tornar concretas numa outra forma de organizar a produção, diferente do modo de produção capitalista. No entanto, isso não quer dizer que não tenhamos condições de desenvolver ações que possam reduzir os danos criados por essa forma social vigente.

Nesta direção, seria salutar começar, por exemplo, a questionar o papel dos meios estimuladores do consumo irracional, ditado pela indústria da moda, pelas empresas de marketing e pelo conjunto da mídia. São esses os essenciais mecanismos usados para garantir o aceleração do ciclo de produção a que antes nos referimos para que sejam reiniciados, constante e intensamente, os novos processo de produção de mercadorias.

O crescimento populacional acentuou as necessidades dos homens e com isso aumentou também o consumo de recursos naturais. Mas foi no fim do Séc. XX e início do Séc. XXI que começamos a perceber que a natureza estava entrando em colapso, pois o consumo desenfreado dos recursos naturais esgotáveis está tornando o planeta um lugar caótico.

Inserido neste panorama degradado pela ação do homem, o paisagista tem desafios que perpassam a poluição atmosférica, a poluição sonora, a poluição visual, e a poluição das águas. O preparo técnico dos profissionais paisagistas exige, cada vez mais, uma interdisciplinaridade, tornando-o capaz de desenvolver um projeto sistêmico e engajado com várias frentes de demandas tendo como objetivos trazer o máximo de conforto e prazer com a mínima agressão ao meio ambiente, com a utilização mínima de recursos naturais. Nesse processo, não poderá se afastar de padrões técnicos, compromissos estéticos e atendendo aos desejos dos clientes. Contudo, será necessário, também, que suas ações não estejam exclusivamente circunscritas aos ditames do mercado, mas pautadas em compromissos éticos e políticos capazes de fazer com que a própria sociedade reavalie sua relação com a natureza e, por consequência, com os outros homens.

Em síntese, podemos dizer que a relação de consumo está diretamente ligada ao que chamamos de “desenvolvimento da sociedade”, sendo um gigantesco problema global as consequências do consumo exagerado incentivado

pelo perfil consumista impregnado pelo regime econômico capitalista entranhado na sociedade, produzindo consequências irreversíveis, ou de difícil reparação, ao meio ambiente. A sociedade deve repensar urgentemente seus padrões de desenvolvimento, mudando o paradigma que conjuga – invariavelmente – interesses econômicos e recursos naturais. Essa relação é marcada por contradições insanáveis nos marcos da sociabilidade em que vivemos. Uma vez que a grande demanda da produção e do consumo afeta diretamente a retirada de matéria prima da natureza, com a poluição do meio ambiente, os seguimentos da sociedade devem buscar estratégias e criar políticas que possibilitem mudanças nos “padrões insustentáveis de consumo” e a fim de frear o avanço da degradação do meio ambiente, passar a preservá-lo e incentivar a utilização de produtos recicláveis e biodegradáveis. Todos temos o direito ao meio ambiente saudável e equilibrado, que deve ser uma preocupação coletiva e, nesse contexto, podemos situar a importância do profissional paisagista.

Numa perspectiva interdisciplinar, os profissionais das áreas afins, ligados ao meio ambiente devem pautar-se por uma agenda ambientalista, utilizando-se de ferramentas concebidas a partir de princípios regenerativos, recicláveis, sustentáveis e responsáveis. Em sendo assim, é preciso problematizar quais as funções do paisagismo, considerando a realidade concreta na qual esta prática se insere.

4 A INSERÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL NA AGENDA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA

Sustentabilidade é definida por Leonardo Boff como algo mais do que um conceito, é, na verdade um comprometimento com o Planeta Terra, num sentimento solidário que congrega todos os povos para assegurar o futuro das novas gerações.

“A sustentabilidade significa o uso racional dos recursos escassos da Terra, sem prejudicar o capital natural, mantido em condições de sua reprodução, em vista ainda ao atendimento das necessidades das gerações futuras que também têm direito a um planeta habitável. Trata-se de uma diligência que envolve um tipo de economia respeitadora dos limites de cada ecossistema e da própria Terra, de uma sociedade que busca a equidade e a justiça social mundial e de um meio ambiente suficientemente preservado para atender as demandas humanas”. (BOFF, 2011, p. 1)

Segundo Campos & Selig (2005), o ambiente empresarial, assim como todas as outras áreas, vem passando, por modificações de monta, marcadamente a sua relação com o meio ambiente. No entanto, tal relação que a princípio foi conflitante tende a tornar-se uma relação de parceria, cujo eixo central é a busca por uma convivência pacífica entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente. As empresas que tomam a dianteira nesse processo e obtêm resultados positivos têm se destacado frente aos seus concorrentes, devido a este diferencial competitivo.

“A década de 60 foi uma década marcada pelo conflito de interesses entre preservacionistas e desenvolvimentistas, originando o que alguns autores denominam questão ambientalista ou questão ambiental. Segundo Batista (1993), a questão ambiental pode ser considerada um dos mais importantes desafios que o mundo dos negócios enfrentará nos anos noventa. O autor define questão ambiental como aquela que trata dos limites da exploração da natureza pelo homem e do conflito existente entre o progresso econômico e o equilíbrio ecológico do planeta”. (CAMPOS; SELIG, 2005, p. 135)

Houve um momento na história da civilização em que a harmonia com a natureza foi destruída, em que o elo foi quebrado propositadamente, mas sem compromisso nenhum com as consequências drásticas decorrentes disso.

“A explosão consumista, que ocorreu após a década de 50, criou a sociedade do descartável, tendo como principal estratégia o que Harman (1990) define como “obsolescência programada”. Dessa forma, as pessoas aprenderam a desperdiçar, a usar e descartar, deixando de ser chamadas de cidadãos para serem apenas consumidoras.

Com o surgimento da questão ambiental, o impacto do marketing tradicional sobre o meio ambiente e os custos acarretados por servir aos desejos e necessidades dos consumidores começam, então, a ser questões tratadas por ambientalistas. Estes, segundo Kotler (1980), acreditam que mais consumo acarreta mais poluição e maior demanda de recursos naturais. Consideram, ainda, a propaganda a principal responsável pelo consumo exacerbado induzindo as pessoas a comprarem mais do que realmente necessitam”. (CAMPOS; SELIG, 2005, p. 138)

A sociedade dos países desenvolvidos tem questionando os valores materialistas que a seduziram e procuram agora mudar seu estilo de vida, mas exigem do Estado a tomada de medidas efetivas no controle da poluição.

“As transformações que vêm surgindo em razão do aumento com a preocupação ambiental não deixaram de lado as estratégias de marketing e vêm causando mudanças significativas no marketing tradicional. Estas estratégias vêm evoluindo de uma filosofia de satisfação do consumidor, para uma melhor qualidade de vida para a sociedade. Segundo Kotler (1980), qualidade de vida não no sentido de quantidade e qualidade de bens e serviços de consumo, mas de qualidade do ambiente”. (CAMPOS; SELIG, 2005, p. 139).

Segundo Dias (1994), a história da Educação Ambiental remonta ao início dos anos 60, quando a jornalista Rachel Carson em seu livro Primavera Silenciosa denunciava a ação destruidora do homem, em todo o mundo, que degradava o ambiente. Após o lançamento dessa obra, houve várias conferências e encontros, dentre os quais destacamos a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em 1977, em Tbilisi (Geórgia, ex-União Soviética) promovida pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) em cooperação com PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

A Conferência de Tbilisi ficou consagrada como o encontro mais importante e decisivo para os rumos da Educação Ambiental, no mundo. No entanto, no Brasil a Educação Ambiental foi, durante muito tempo, confundida com ecologia e conseqüentemente iniciou-se de forma errada. O equívoco consolida-se a partir da consideração dos aspectos políticos, sociais e da preocupação restrita ao aspecto ecológico de uma dada questão ambiental (DIAS, 1994). Dessa forma, os cursos de treinamento, antes da década de 90 do século passado, eram escassos e os professores tinham dificuldade em ter acesso a informações sobre a Educação Ambiental. Somente depois da conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (Rio-92 ou ECO-92), onde foram reforçadas as recomendações de Tbilisi, é que as instituições governamentais brasileiras adotaram como prioridade o investimento em treinamento e formação de profissionais da área de Educação Ambiental (DIAS, 1994).

Os movimentos de contestação de 1968 deflagrados em âmbito mundial por mais direitos e revigoração da democracia com base nos três princípios da Revolução Francesa de 1789: igualdade, fraternidade e liberdade. Neste contexto histórico, os movimentos ambientalistas tornaram-se conhecidos em sua incessante luta por um mundo mais sustentável e, devido ao fato de suas ideias estarem alinhadas com os movimentos de contestação.

“O Clube de Roma divulgou nesse período dois estudos que expressavam resultados catastróficos para a humanidade *"The Club of Rome Project on the Predicament of Mankind"* (1971) e *"The Limits to Growth"* (1972), cujos documentos atribuíam a necessidade de colocar barreiras para o crescimento da humanidade, especialmente controlando a natalidade em países em desenvolvimento, indicados como principais responsáveis na geração dos problemas mundiais envolvendo a questão ambiental”. (FIGUEIRA, 2011, p. 3)

Os estudos do Clube de Roma geraram movimentações no sentido de incluir os debates das questões ambientais no âmbito das conferências da ONU, o que ocorreu por meio da resolução 2398 da XXIII Assembleia Geral da ONU, uma Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, que inseriu a temática ambiental nos debates relativos à agenda internacional. Tal conferência teve lugar em Estocolmo em 1972, que foi preparada por 27 países

distribuídos em grupos ad hoc encarregados pela organização do evento. Nesta ocasião, houve o despertar do Brasil e de outros países terceiro mundistas para defenderem-se da acusação de serem responsáveis pela degradação do ambiente e pelo desequilíbrio do clima mundial de autoria dos países desenvolvidos, segundo Figueira (2011).

Ficaram, então, estabelecidas as seguintes providências por meio da Resolução 2657 da XXV Assembleia Geral da ONU: priorizar as preocupações dos países de Terceiro Mundo; convocar um Grupo de Peritos sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento para produzir um relatório técnico que atrelasse a questão ambiental ao desenvolvimento; foram convocados Comitês Regionais das Nações Unidas para as discussões, motivando os países do Terceiro Mundo a “buscarem um espaço dentro desse diálogo mundial que envolvesse proteção ambiental com incentivo dos Estados ricos na promoção do desenvolvimento nessas regiões”. (FIGUEIRA, 2011).

Segundo Figueira (2011), o documento gerado pelos peritos denominado Founex “*Report on Development and Environment*”, correlacionou a questão ambiental ao desenvolvimento, concluindo que a degradação ambiental possuía múltiplas características, pois enquanto nos países desenvolvidos ela decorria dos modelos vigentes de desenvolvimento (industrialização, principalmente), nos subdesenvolvidos, a pobreza e a falta de saneamento básico eram as razões principais para a degradação do ambiente. Essas constatações provocaram uma mudança de visão sobre a situação e estabeleceram novos rumos para as pautas das futuras conferências da ONU, onde se definiriam as agendas diplomáticas dos Estados para a importância do desenvolvimento sustentável, cujo conceito surgiu na Conferência Mundial de Estocolmo em 1972. Foram gerados os 26 princípios estabelecidos para o meio ambiente e o Plano de Ações com 109 recomendações e gerou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Os Estados passaram a movimentar-se para o desenvolvimento de ações de preservação ambiental e as ONGs saíram fortalecidas.

A partir daí, a atuação do diplomata Miguel Osório de Almeida, que ficou com a responsabilidade de desenvolver a posição do Brasil quanto à questão ambiental, foi fundamental para posicionar o Brasil de forma relevante e atuante na arena internacional, “participando ativamente durante o processo de preparação da Conferência e sendo um ator de expressão na formação final dos documentos gerados no encontro. Em sua tese, o diplomata incorporava a correlação entre meio ambiente e desenvolvimento ao mesmo tempo em que rechaçava os estudos advindos dos países ricos e do próprio Clube de Roma”. (FIGUEIRA, 2011, p. 4)

3.1 QUESTÕES AMBIENTAIS ATUAIS

Figueira (2011) diferencia a agenda internacional em duas consistências: *soft* e *hard*. A primeira refere-se ao ambiente e a segunda refere-se a segurança nacional. A autora situa as origens das preocupações com o ambiente entre os anos 60 e 70 do século passado.

“A questão ambiental é parte integrante da *agenda soft* que durante grande parte da história das relações internacionais não esteve no centro das preocupações dos Estados, cujos esforços direcionavam-se, sobretudo, para temas envolvendo a segurança nacional (*agenda hard*). Foi a partir das décadas de 1960 e 1970 que temáticas como o meio ambiente passaram a adquirir relevância na agenda internacional, sendo esse movimento engendrado por comunidades epistêmicas, Organizações Não-Governamentais e opinião pública que, a partir de estudos técnicos e influenciados por catástrofes naturais decorrentes do período, direcionaram as preocupações públicas para o problema da degradação ambiental e os efeitos deste para vida humana”. (FIGUEIRA, 2011, p. 2)

Para Mariano (1995), a questão do aquecimento global foi inserida na agenda internacional a partir de junho de 1988, quando da realização da Conferência sobre Mudanças Atmosféricas, em Toronto, no Canadá promovida pela OMM – Organização Mundial de Meteorologia. Tal preocupação serviu para ampliar a agenda internacional acrescentando-lhe questões relativas à qualidade de vida e à preservação ecológica.

A ampliação da agenda internacional permitiu o surgimento e a consolidação de atores não estatais preocupados em representar seus interesses no interior do sistema político nacional, assim como em influenciar os processos decisórios internacionais nos assuntos de sua competência.

A agenda internacional sob um processo de interdependência complexa, será afetada principalmente pelas alterações na distribuição dos recursos e pela variedade de processos que se desenrolarão no futuro, como: a evolução dos regimes internacionais, e suas habilidades de adequação às novas circunstâncias econômicas e tecnológicas; o surgimento e crescente importância de alguns atores transnacionais; e sua politização como resultado de políticas públicas nacionais. (MARIANO, 1995, p. 12)

Quando da ampliação da agenda internacional é que foram inseridos temas relativos ao meio ambiente com espaço para o debate e reconhecimento de sua importância. Neste contexto, dá-se a devida relevância ao desenvolvimento sustentável como via de equilíbrio para a produção e para o consumo, mantendo a qualidade do planeta.

“De um modo geral, define-se desenvolvimento sustentável levando em conta as seguintes metas e objetivos básicos: A taxa de consumo de recursos renováveis não deve ultrapassar a capacidade de renovação dos mesmos. A quantidade de rejeitos produzidos não deve ultrapassar a capacidade de absorção dos ecossistemas. Recursos não-renováveis devem ser utilizados somente na medida em que podem ser substituídos por um recurso equivalente renovável”. (ALMANAQUE, 2005, p. 357)

A segunda metade da primeira década do século XXI foi marcada por uma série de catástrofes naturais, nas quais podemos destacar os quatro elementos água, fogo, ar e terra em total desequilíbrio causado pelos frequentes desrespeitos para com o planeta que responde como reflexo a exemplo do que afirma Giddens em sua Teoria da Reflexividade. (GIDDENS; BECK; LASH, 1997) O ano de 2005 marcou um “novo período de percepção da ameaça da mudança climática entre as elites, formadores de opinião e eleitorados dos principais países”, segundo Schindler.

“Entre esses eventos se destacam: furacões, tormentas e inundações mais frequentes e intensos em EUA, Caribe, Japão, China e Indonésia; inundações catastróficas ao lado de secas severíssimas na Índia e África; aprofundamento do derretimento do gelo no Ártico, Groenlândia e a retração dos glaciais nas altas montanhas; fortes incêndios florestais em vastas áreas dos EUA, Europa, Ásia e Austrália; alteração sistemática e generalizada dos padrões climáticos regionais em todo o mundo com aumento da frequência e intensidade de fenômenos

climáticos extremos (chuvas mais intensas e concentradas, secas mais intensas e longas, temperaturas mais altas, etc.). Na América do Sul, tivemos entre os eventos mais destacados: a seca extrema na Amazônia brasileira em 2005, as chuvas devastadoras em Santa Catarina em 2008 e no Nordeste em 2009, as inundações severas na Bolívia em 2008 e a seca intensa no pampa argentino em 2009". (SCHINDLER, 2009, p. 11)

A relevância diplomática brasileira é cada vez maior no âmbito das discussões e tomada de decisões com relação à melhoria da qualidade do meio ambiente, sendo que a economia do país encontrou o equilíbrio e a ascendência a partir do Plano Real em 1994 e atualmente compõe o BRICS devido ao país estar classificado como emergente.

No cenário de intercâmbio e cooperação internacional para o combate das emissões de CO₂ e, por outro lado, na alavancagem de produção de energia limpa representada por exemplo com a produção de etanol que congrega o Brasil, outros países latinos e a África e, igualmente os "acordos entre países desenvolvidos e os principais detentores de florestas tropicais para financiar a redução do desmatamento", poderia fazer com que os grandes emissores de Dióxido de Carbono avançassem na cessão das negociações de seus "objetivos nacionais de curto e médio prazos devido à percepção de que ganhariam muito mais no médio e longo prazos", propiciando ao Brasil uma oportunidade única de compor o grupo líder junto aos EUA, à União Europeia, ao Japão, ao México e à Coreia do Sul, pondera Schindler (2009).

São onze as recomendações para a posição brasileira no sentido do país cada vez subir mais no pódio da sustentabilidade:

- 1- Assumir pico de emissões e ano de estabilização diferenciados para os países emergentes em contrapartida e correspondência com o que é corretamente exigido para os países do Anexo 1 (40% de redução de emissões em 2020).
- 2- Compromisso de pico de emissões entre 2015 e 2020 para Brasil – ano base 1990 – o que se torna bastante viável por causa da importante redução do desmatamento já acontecido e pode ser mantido, compensando o aumento de emissões de transporte, indústria e energia com o aprofundamento da redução do desmatamento e aumento da eficiência energética sistêmica.
- 3- Apoiar o REDD¹ como mecanismo global de mercado, com duas cláusulas, limites na proporção de *offset* para os países desenvolvidos e limite de absorção individual de créditos para os grandes países

¹ Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação.

florestais como Brasil. Esta última condição é uma exigência dos países menores e seria importante de ser assumida pelo Brasil para evitar ser criticado como oportunista na mudança da posição histórica. Apoiar a recente iniciativa do Fórum de Governadores da Amazônia.

4- Aproximar-se do México e Coréia do Sul como parceiros responsáveis nas negociações climáticas, entre os países emergentes de renda média e média alta que não pertencem ao Anexo 1.

5- Apoiar o estabelecimento de vultosos fundos de assistência dos países desenvolvidos aos países pobres e de transferência e cooperação tecnológica entre os países desenvolvidos e os emergentes de renda média. Promover a flexibilização do direito de propriedade intelectual que facilite a transferência de tecnologias de baixo carbono dos países desenvolvidos para os países de renda média e países pobres e dos países de renda média para os pobres.

6- Forte impulso a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, incluindo financiamento quase total por parte do Brasil de atividades de cooperação internacional para: controlar o desmatamento, proteger a biodiversidade, controlar a poluição dos rios e fazer amplo levantamento científico da Amazônia em termos de risco climático e ambiental. Promover a criação de um Painel Científico sobre Clima na Amazônia nos moldes do IPCC. Brasil deve liderar a governabilidade climática regional na Amazônia.

7- Promover a inclusão da dimensão política climática como uma dimensão fundamental do Mercosul nos seguintes itens: posição comum responsável nas negociações, produção de estudos conjunto de risco climático e potencial de mitigação, estabelecimento de uma estrutura coordenada de defesa civil para agir nas situações de fenômenos climáticos extremos e promover políticas climáticas coordenadas entre os países membros.

8- Ter uma política consistente de aprofundamento da redução de emissões na Amazônia. Compromisso de regularização fundiária na Amazônia efetuado com severa implementação da lei que pune o desmatamento ilegal.

9- Promover acordo bilateral arrojado com os EUA na área de energia e clima, incluindo: fim das barreiras tarifárias americanas para o etanol brasileiro; pesquisa de etanol de celulose; promoção de investimentos de empresas americanas de energia solar e eólica no Brasil; pesquisa conjunta na área de Captura e Estocagem de Carbono (CCS); facilitar os acordos entre governos sub-nacionais do tipo do existente entre Califórnia e São Paulo e as iniciativas em curso dos estados amazônicos com agentes econômicos americanos para a venda de créditos de carbono.

10- Promover um marco regulatório no pré-sal que condicione a exploração à utilização de tecnologia de ponta, incluído a utilização de captura e estocagem de carbono.

11- Incentivo a novos parâmetros regulatórios nas áreas de transporte – expansão das modalidades ferroviária e hidroviária, aumentar parâmetros mínimos de eficiência energética veicular, taxação diferenciada dos veículos em função da eficiência energética e intensidade de carbono, energia – promover uma entrada significativa de energia eólica e solar fotovoltaica na matriz energética brasileira, abandonar o plano de expansão de termoeletricas de combustíveis fósseis -; e, edificações – condicionamento de crédito de construção em bancos oficiais a parâmetros de baixo carbono, diferenciação do IPTU segundo a intensidade de carbono na construção e funcionamento dos prédios. (SCHINDLER, 2009, p. 30).

Bentes (2005) afirma que entre 1989 e 2002, a Amazônia tornou-se o primeiro e único até então objeto de intervenção direta do ambientalismo internacional, que é entendido como ações políticas ambientalistas de instituições internacionais. No caso, a Organização das Nações Unidas (ONU), envolvendo o G-7 (Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Alemanha, França, Itália, Canadá), o G-77 (o grupo de países ditos em desenvolvimento ou subdesenvolvidos que se organizou na ONU para tratar da questão ambiental), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comunidade Econômica Europeia (CEE), as organizações das multinacionais e grandes ONGs norte-americanas e europeias para tratar desta temática.

“No livro *Forests in International Environmental Politics*, Ans Kolks, uma holandesa, analisa criticamente os interesses econômicos e políticos que guiaram as intuições internacionais e o governo brasileiro, mas considera positiva a intervenção. No livro citado, Kolks demonstra que, desde o seu nascimento no início da década de 1970, o ambientalismo internacional dedicou-se a preocupações mais de natureza política e econômica do que propriamente ambientalista, com cada um de seus agentes influenciando, a seu modo, o debate e as medidas de política ambientalista internacional”. (BENTES, 2005, p. 230)

Mas nem tudo são louros, porque há quem critique ferrenhamente as ações governamentais, afirmando: “Os conflitos sociais e econômicos que resultam da disputa pelo uso dos recursos naturais são problemas extremamente complexos, não podendo ser encarados apenas pela ótica dos negócios” (ALLEGRETTI, 2001). Só será possível a consecução do tão desejado desenvolvimento sustentável caso haja uma mudança radical nas políticas implementadas. (KOHLHEPP, 2002)

O século XX começou para a Amazônia um pouco antes, como reflete Ab'Sáber (2002), pois ao seu ver já haviam ocorrido mudanças na atividade da floresta em função de uma nova forma de renda que crescia imensamente em tal época: o látex extraído das seringueiras gerou o ciclo da borracha, que possibilitou uma que incrível quantidade de recursos adentrassem na região. Todavia, com a decadência das importações que ocorreram pelo ‘roubo’ da planta, que foi levada à Ásia, houve uma triste estagnação e recessão econômica por quase meio século. A decadência foi sentida tanto pelos seringueiros, como

para os beiradores de igarapés, e para os habitantes das cidades, pois tal situação gerou uma grande circulação monetária em toda a floresta. (KOHLHEPP, 2002)

Segundo Kohlhepp (2002), o período a que se refere tal estudo tem o intuito de realçar os debates após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) – a ECO-92, pois ela foi a primeira grande reunião internacional realizada posteriormente à Guerra Fria e o evento ambiental mais importante do século XX. Nesta ocasião, que contou com a presença de ONGs e de 175 países foi elaborada a Carta da Terra, que inclui 2 convenções: uma sobre Mudança do Clima, outra sobre Biodiversidade, uma Declaração sobre Florestas e a Declaração do Rio, sem força de lei e com abrangência mais política que efetiva, e a Agenda 21, que é seu principal documento.

“A *Agenda 21* – o acordo básico elaborado durante as deliberações da Eco-92 (CNUMAD) no Rio de Janeiro em junho de 1992 – está permeada de referências quanto à necessidade da “internalização” dos custos ambientais nos preços dos *commodities*, da terra e dos recursos de propriedade comum. Se a internacionalização for desejável, as externalidades devem estar presentes: os economistas ecológicos definem estas como efeitos indiretos de ações individuais sobre o bem-estar comum”. (CAVALCANTI, 2001, p. 17)

Segundo Kunzler (2012), as Declarações do Rio e de Estocolmo estipulam princípios que são favoráveis aos países em desenvolvimento, no sentido, de estabelecerem critérios para o seu desenvolvimento sustentável. Os princípios 6 e 7 estabelecem:

“Princípio 6 – será dada prioridade especial à situação e às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente dos países menos desenvolvidos e daqueles ecologicamente mais vulneráveis”;

Princípio 7 – (...) Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na busca internacional do desenvolvimento sustentável, tendo em vista as pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente global e as tecnologias e recursos financeiros que controlam”. (KUNZLER, 2012, p. 11)

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima foi instituída após as reuniões do Comitê Intergovernamental de Negociação para a

Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (INC/FCCC). O mesmo, após preparar o texto, que foi assinado na Cúpula da Terra por 154 países (e a Comunidade Europeia). Até 1997, havia um total de 167 membros que ratificaram a Convenção. Nela são expostas maneiras para preservar a camada de ozônio e combater o efeito estufa reduzindo a emissão dos gases que o provocam. Tal convenção originou o Protocolo de Quioto. (FELDMANN, 2002)

Já a Convenção sobre a Diversidade Biológica estabelece as normas e princípios que devem reger o uso e proteger a diversidade biológica de cada país integrante, assegurando o seu uso sustentável e uma justa repartição dos resultados provenientes do uso econômico dos recursos genéticos. E é nesta justa repartição que ocorrem empecilhos, por exemplo, para a ratificação dos Estados Unidos no tratado, sendo que até hoje, tal país não o ratificou.

“No decorrer das Conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro as estratégias brasileiras direcionaram-se para fortalecer princípios que articulavam a causa ambiental ao desenvolvimento econômico, ou seja, condicionava a preservação do meio ambiente dos países do terceiro mundo à transferência de recursos e tecnologia das nações desenvolvidas. Além disso, outro fundamento que orientou a ação externa do país ao liderar a causa dos países Mega Diversos foi a luta contrária à aprovação da cláusula que previa a universalização dos recursos naturais, tornando-os bens da humanidade, afetando diretamente a soberania. A postura brasileira defensiva nessas reuniões tinha como objetivo a limitação de danos, especialmente em relação aos seus interesses na Amazônia, fulcro central nos debates sobre o tema”. (AZAMBUJA *apud* FIGUEIRA, 2011, p. 14)

Segundo Cavalcanti (2001), a Declaração sobre Florestas reitera o direito dos Estados sobre a soberania de suas áreas florestadas, mas com o viés da utilização sustentável. Na época, havia o intuito de se aprovar uma convenção propriamente dita, todavia, os países possuidores de tais recursos (como o Brasil) se negaram a assumir tal compromisso, que possibilitaria ingerências externas no território nacional, colocando em questionamento a soberania. Foi aprovada, no final, apenas uma declaração genérica de princípios sem a obrigatoriedade que uma convenção estabelece.

Os efeitos perversos do desenvolvimento econômico frequentemente são difíceis de identificar devido à multiplicidade de fontes, trajetórias obscuras e interações ambíguas. Os custos da transação entre a fonte e o receptor tornaram inatingíveis as soluções de mercado, as quais, em

teoria, poderiam reverter as externalidades (COASE, 1960). Se a responsabilidade jurídica for colocada à porta daqueles prejudicados por externalidades ambientais, então não irá surgir nenhuma solução equitativa para o mercado porque as partes responsáveis não possuem motivos para barganhar (RANDALL *apud* CAVALCANTI, 2001, p. 235-6).

Já a “Agenda 21” é um programa voltado para viabilizar a adoção dos desenvolvimentos sustentável e racional em todos os países. Assim, tal documento é um roteiro para a implementação de um novo modelo desenvolvimentista que seja de manejo sustentável dos recursos naturais, preservando a biodiversidade. Mas também é levado em conta que o tratamento de tais relações econômicas e a distribuição da riqueza nacional entre os diferentes segmentos sociais deve ser equânime e justo, para que haja politicamente uma participação democrática eficiente. (NOVAES, 2007)

Por fim, a Declaração do Rio teve como objetivo reafirmar princípios aprovados no embrião da primeira grande conferência mundial sobre meio ambiente, realizada em Estocolmo na Suécia, em 1972. Buscava estabelecer uma parceria global mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, desde que fossem respeitados os interesses individuais de cada país, protegendo a integridade global do meio ambiente.

A Declaração reforça orientações importantes de outras negociações internacionais na área ambiental e estabelece uma forte conexão entre a pobreza mundial e a degradação do planeta. Contém, entre outros, o importante princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” dos Estados, segundo o qual todos os países compartilham os mesmos objetivos e metas para reduzir a degradação ambiental, mas apresentam diferentes capacidades e recursos para alcançá-los. Esse princípio foi reafirmado em Joanesburgo, apesar de ter sido fortemente questionado no processo preparatório para a Cúpula de Joanesburgo (FELDMANN, 2002, p. 1).

Ainda a respeito da Conferência da ONU de 1972, em Estocolmo, duas preocupações levaram os representantes dos países industrializados a querer discutir os efeitos negativos da industrialização. A primeira a tratar de questões ambientais. Antes de mais nada, os modos por meio dos quais a degradação ambiental poderia afetar indústrias e empresas privadas, pois num futuro próximo, tais empresas poderiam não ter mais à disposição as facilidades e os recursos necessários à produção. Os governos dos vários países, por conseguinte,

pressionados por mobilizações sociais, poderiam criar leis que alterassem as condições de produção e de comércio internacionais. Em segundo lugar, o possível fortalecimento dos países do Sul, pois eles degradaram seu ambiente em menor proporção do que os países industrializados do Norte. “Esse fortalecimento poderia abalar os instrumentos institucionais internacionais de acumulação de capital e as estruturas políticas internacionais (BENTES, 2005, p. 1)”.

Naquela época, a situação em todos os países vizinhos da região amazônica e fronteiriços com Brasil apresentavam características muito semelhantes:

Longa estagnação ou lento crescimento econômico, compromissos externos elevados, alta vulnerabilidade a flutuações externas, desarticulação do Estado, pressão externa renovada para que adotem políticas ainda mais neoliberais e contracionistas, desemprego elevado, crime organizado e violência urbana, inchaço incontrolável das cidades, incapacidade do Estado de atender às demandas sociais, inquietação política acentuada (GUIMARÃES, 2005, p. 1).

Nesse contexto, é importante ressaltar a importância do Tratado de Cooperação Amazônica, que foi assinado em 1978, pois com este tratado pretendia-se afastar qualquer tentativa de controle internacional sobre a região dos países detentores da Floresta Amazônica. Assim, eles regionalizaram a solução dos problemas entre os signatários (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) para resguardar sua capacidade de ingerência local. A segurança era garantida pela cooperação sem recursos aos meios militares, isto se o pacto produzisse resultados concretos nesta cooperação. É a credibilidade brasileira que está sendo colocada em jogo como Estado organizado tanto como ator internacional. (GUIMARÃES, 2005)

3.2 A CONFERÊNCIA RIO + 20

Segundo Vasconcellos (2012), um importante Fórum que precedeu a Rio + 20 ocorreu no dia 15 de junho na PUC/Rio para debater sobre a importância da

ciência no enfrentamento das crises presentes e futuras. O Fórum Internacional sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável teve a organização de vários órgãos, dentre os quais, podemos destacar o ICSU – Conselho Internacional para a Ciência; a ABC – Academia Brasileira de Ciências; a Unesco, que contou com a presença do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I, Marco Antonio Raupp. O ministro apresentou os principais pontos da pauta do fórum que teve aproximadamente 500 pessoas oriundas de 75 países; o número de conferencistas ultrapassou uma centena e dentre os temas discutidos estiveram os ambientais como “desastres e eventos naturais extremos, governança e energia”. O ministro realçou também “o aumento da colaboração internacional e a intensificação do papel crítico da ciência, além da necessidade de maior engajamento político e social dos cientistas”. Outros temas importantes foram:

“A necessidade de estabelecer ações que relacionem políticas de sustentabilidade com crescimento populacional e estrutura etária;
a necessidade do avanço da CT&I no sentido de equacionar a redução de emissões de carbono dos processos e distribuir a produção, alterando o padrão de consumo;
as evidências de que a crise ambiental atual foi criada pelo ser humano;
o desafio de assegurar água e comida de qualidade para a população de nove bilhões que o mundo terá em 2050;
políticas públicas para urbes sustentáveis;
biodiversidade e serviços ecossistêmicos como pilares para a economia verde inclusiva e incorporação de conhecimentos tradicionais ao sistema de CT&I”. (VASCONCELLOS, 2012, p. 1)

Neste evento citado foi feito o “lançamento da plataforma Future Earth Research for Global Sustainability, ‘nova forma de organizar a pesquisa científica envolvendo pesquisadores, tomadores de decisão e usuários dos resultados do planejamento de projetos’”, pois entende-se que “CT&I são o que dão métrica e credibilidade a todas as esferas dos debates ambientais”, segundo Raupp (*apud* VASCONCELLOS, 2012, p. 1).

Os debates e discussões que antecederam a Rio + 20 reafirmaram algumas necessidades prementes para a salvação do planeta e entre elas estava o estreitamento entre ciência e sociedade para alinhar ações para o atingimento das metas para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Castro (2012), a ciência tem papel primordial no oferecimento de soluções para as três principais questões debatidas na RIO + 20: Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde² e Erradicação da Pobreza.

O QUE VINHA SENDO NEGOCIADO	COMO FICOU O TEXTO FINAL
CBDR – sigla em inglês para Responsabilidades Comuns Mas Diferenciadas, princípio que norteia as negociações de desenvolvimento sustentável. O princípio oficializa que se espera dos países ricos maior empenho financeiro para implementação de ações, pelo fato de virem degradando o ambiente há mais tempo e de forma mais intensa.	Havia rumores de que os países ricos queriam tirar esse princípio do texto, mas ele permaneceu.
Fortalecimento do Pnuma – cogitava-se transformar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em uma instituição com status de agência da ONU, como é a FAO (de Alimentação).	O texto prevê fortalecimento do Pnuma, mas não especifica exatamente como. O assunto deve ser resolvido na Assembleia Geral da ONU em setembro.
Oceanos – Era uma das áreas em que se esperava mais avanço nas negociações, porque as águas internacionais carecem de regulamentação entre os países.	A negociação avançou e o texto adota um novo instrumento internacional sob a Convenção da ONU sobre os Direitos do Mar (Unclos), para uso sustentável da biodiversidade e conservação em alto mar.
Meios de Implementação – questão-chave para os países com menos recursos, significa na prática o dinheiro para ações de desenvolvimento sustentável. Os países pobres propuseram a criação de um fundo de US\$ 30 bilhões/ano	Avançou pouco. O fundo de US\$ 30 bilhões não virou realidade. “A crise influenciou a Rio+20”, admitiu o embaixador brasileiro André Corrêa do

² A noção de economia verde é mais recente que o conceito de desenvolvimento sustentável. Pode-se definir economia verde como aquela que “resulta em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica” (United Nations..., 2011, p.16). Uma economia verde possui baixas emissões de carbono, eficiência no uso de recursos e inclusão social. Os autores dessa linha de pesquisa argumentam que a evidência empírica mostra dois pontos: não há dilema entre sustentabilidade e crescimento econômico; a transição para uma economia verde pode ser feita tanto por países ricos quanto por países pobres. (FIGUEIRA, 2011).

a ser financiado pelos ricos.	Lago.
ODS – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, metas a serem perseguidas pelos países para avançar ambiental, política e socialmente, eram uma das grandes cartadas para a Rio+20.	Os objetivos não foram definidos. Inicia-se apenas um processo para rascunhar quais devem ser as metas até 2013. Elas então devem ser definidas para entrarem em vigor em 2015, quando terminam os Objetivos do Milênio.

Tabela 1: Principais pontos discutidos na Rio + 20
Fonte: Barbosa; Carvalho, 2012

A Tabela 1 apresenta, sinteticamente, as expectativas em torno do documento “O Futuro que Queremos” e o que o documento realmente contemplou redigido durante a Conferência Internacional da ONU – Organização das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. 188 países foram representados na Conferência realizada entre os dias 20 e 22 de Junho de 2012 no Rio de Janeiro, que foi intitulada Rio + 20. O documento final foi muito criticado pelas ONGs e muitos delegados, principalmente, da Europa, que entenderam que o documento é impreciso quanto às ações mundiais para a eficácia do Desenvolvimento Sustentável, tendo sido prorrogada a implementação das metas a partir de 2015. (BARBOSA; CARVALHO, 2012)

A Rio + 20 frustrou as expectativas de aprovação de um fundo de US\$ 30 bilhões financiados pelos países ricos, que são os maiores responsáveis pela degradação do ambiente; de transformação do Pnuma – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em uma instituição com status de agência da ONU, a exemplo da FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations* para tratar mais efetivamente das questões referentes ao meio ambiente. (BARBOSA; CARVALHO, 2012)

Os dois pontos positivos da Conferência que podemos destacar são o fortalecimento da atuação diplomática do Brasil nas negociações sobre a qualidade do meio ambiente em nível mundial e a questão dos Oceanos quanto à regulamentação entre os países, Barbosa & Carvalho (2012, p. 2) afirmam: “A negociação avançou e o texto adota um novo instrumento internacional sob a Convenção da ONU sobre os Direitos do Mar (Unclos), para uso sustentável da biodiversidade e conservação em alto mar”.

5 PLANEJAMENTO URBANO

O planejamento urbano tem essa designação por tratar das especificidades da produção e transformação do espaço urbano como função do Governo local submetido a regras mais gerais regulamentadas pelo Governo Federal e Estadual.

No âmbito da aglomeração urbana as principais áreas de atuação do Estado são a provisão de infraestrutura – constituindo as localizações no espaço urbano – e a regulação do uso do solo – regulando o uso das localizações constituídas. Tais áreas são precisamente o objeto principal do planejamento urbano. (PLANEJAMENTO, 2011, p. 1)

Segundo Barcellos & Barcellos (2004), o desenvolvimento urbano ordenado está correlacionado ao desenvolvimento sustentável, pois ambos partem da conscientização para a preservação da natureza. Trata-se de uma tarefa difícil que tem ocupado a atenção de técnicos em planejamento, administradores públicos e políticos para atender à demanda da sociedade por qualidade de vida.

Quando se fala de elaborar um Plano Diretor Participativo tem-se que discriminar o porte do município, pois isto norteará o plano que tem que ser específico para cada realidade.

Quando tomamos os municípios, devemos classificá-los em dois grupos, pois há os que estão próximos de grandes centros com vocação para a urbanidade e os pequenos com vocação para o campo.

Grupo 1: Pequenos municípios predominantemente urbanos, localizados nas periferias das metrópoles e das grandes e médias cidades. Nesses, o processo de expansão das atividades urbanas, principalmente dos novos loteamentos, dá-se como transbordamento da cidade-pólo.

Grupo 2: Municípios predominantemente rurais, em que o ecossistema é pouco alterado pelas atividades urbanas. Nesses até a economia urbana é alicerçada nas atividades ligadas ao meio natural. Os moradores da sede são fazendeiros, bóias-frias, guardas florestais, pescadores, técnicos agrícolas, comerciantes de implementos agrícolas etc. Há,

portanto, uma profunda sinergia entre atividades urbanas e rurais. (MARINHO, 2011, p. 68)

73% dos Municípios brasileiros são de pequeno porte, pois têm menos de 20 mil habitantes, no entanto o índice é de 80% quando consideramos aqueles que têm menos de 50 mil habitantes e com baixa densidade populacional. Isso totaliza 4.485 pequenos municípios que ficam desassistidos de políticas específicas.

O Estatuto da Cidade torna obrigatória a elaboração do Plano Diretor para 2.342 municípios, incluindo grande parte do primeiro grupo. Restam 3.218 dos pequenos municípios excluídos dessa obrigatoriedade, a não ser que as leis orgânicas estaduais ou municipais o determinem, ou que os municípios, voluntariamente, desejem implementar alguns dos instrumentos previstos pelo Estatuto.

Embora possam não sofrer na mesma escala os problemas urbanos dos grandes centros, os pequenos municípios seguramente sofrem com a falta de definição de diretrizes e instrumentos para orientar seu desenvolvimento e, portanto, não devem abrir mão de construir seu referencial para cuidar do seu território e orientar o desenvolvimento urbano. Mais que isso, todos os municípios têm por atribuição constitucional a responsabilidade de exercer o controle sobre o uso e ocupação do solo e criar condições para o desenvolvimento sustentável e mais justo do seu território. (MARINHO, 2011, p. 69)

Mesmo o Estatuto das Cidades está voltado aos municípios de médio e grande porte, deixando desamparados os pequenos, que na verdade são os que mais precisariam de atenção dos Governos Federal e Estadual para implementar políticas públicas que alavancassem o seu desenvolvimento, priorizando o seu potencial para a produção rural e a exploração do turismo.

De modo geral, os municípios de pequeno, e mesmo médio porte, têm dificuldades operacionais para levar adiante uma prática de planejamento e gestão urbana, pela absoluta falta de estrutura administrativa, pessoal qualificado e instrumental apropriado de trabalho. Tais limitações fazem com que a leitura do seu lastro institucional e do nível de mobilização social seja o primeiro passo para identificar a capacidade de gestão – potencial e limites, para iniciar o processo de elaborar e discutir o Plano Diretor. (MARINHO, 2011, p. 69)

Com a falta de apoio dos Governos Federal e Estadual para a elaboração do Plano Diretor, a comunidade deve envolver-se, organizar-se para sugerir e

formular projetos que possam ser implementados com a supervisão do Governo local com vistas ao desenvolvimento como veremos no item seguinte.

5.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local depende muito mais da população local do que de políticas públicas e a vinda de grandes indústrias ou empresas para a cidade para que as coisas andem. Vejamos um exemplo de alavancagem do progresso pelas próprias mãos e união de uma população de um município pequeno e pobre que encontrou o caminho para o desenvolvimento sustentável partindo de iniciativas do povo do lugar.

A região de São Joaquim, no sul do Estado de Santa Catarina, era uma região pobre, de pequenos produtores sem perspectiva, e com os indicadores de desenvolvimento humano mais baixo do Estado. Como outras regiões do país, São Joaquim, e os municípios vizinhos, esperavam que o desenvolvimento “chegasse” de fora, sob forma do investimento de uma grande empresa, ou de um projeto do governo. Há poucos anos, vários residentes da região decidiram que não iriam mais esperar, e optaram por uma outra visão de solução dos seus problemas: enfrentá-los eles mesmos. Identificaram características diferenciadas do clima local, constataram que era excepcionalmente favorável à fruticultura. Organizaram-se, e com os meios de que dispunham fizeram parcerias com instituições de pesquisa, formaram cooperativas, abriram canais conjuntos de comercialização para não depender de atravessadores, e hoje constituem uma das regiões que mais rapidamente se desenvolve no país. E não estão dependendo de uma grande corporação que de um dia para outro pode mudar de região: dependem de si mesmos. (DOWBOR, 2007, p. 2)

Esta visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera, mas se faz, constitui uma das mudanças mais profundas que está ocorrendo no país. Tira-nos da atitude de espectadores críticos de um governo sempre insuficiente, ou do pessimismo passivo. Devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino em suas mãos, conquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços.

A questão do desenvolvimento local tem despertado a atenção de vários órgãos como o Banco Mundial, as Nações Unidas e de pesquisadores universitários. Há muitos estudos realizados sobre o assunto e só O Programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, tem à volta de 7.500 experiências cadastradas e estudadas.

O Cepam, que estuda a administração local no Estado de São Paulo, acompanha centenas de experiências. O Instituto de Administração Municipal (IBAM) do Rio de Janeiro acompanha experiências no Brasil inteiro, como é o caso de Instituto Pólis, da Fundação Banco do Brasil que promoveu a Rede de Tecnologias Sociais e assim por diante. (DOWBOR, 2007, p. 3)

Há um paradoxo que ocorre com o fenômeno da globalização: quanto mais cresce o movimento da globalização mais as pessoas querem resgatar o espaço local.

Procurando melhorar as condições de vida no seu entorno imediato. Naisbitt, um pesquisador americano, chegou a chamar este processo de duas vias, de globalização e de localização, de “paradoxo global”. Na realidade, a nossa cidadania se exerce em diversos níveis, mas é no plano local que a participação pode se expressar de forma mais concreta. (DOWBOR, 2007, p. 3)

Os municípios que tomaram a iniciativa de autodesenvolver-se deixaram de ser passivos frente à globalização e promoveram sua autoinserção, por meio do desenvolvimento local sem perder de vista a macroregião e a preservação do planeta, segundo Dowbor (2007).

A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. Hoje, quando se tenta promover iniciativas deste tipo, constata-se que não só os jovens, mas inclusive os adultos desconhecem desde a origem do nome da sua própria rua até os potenciais do subsolo da região onde se criaram. Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada, e isto começa cedo. A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la. (DOWBOR, 2007, p. 2)

O Desenvolvimento Econômico e Social tem necessariamente que estar interligado com a educação geral e autóctone, pois os jovens, normalmente, das

pequenas cidades estudam para ter oportunidades fora delas, pois saem para fazer uma faculdade fora e já não regressam ao seu local de origem. O que é preciso nas escolas locais e na comunidade em geral é dar a conhecer as riquezas locais e os potenciais de crescimento da própria região para que a criança e o jovem cresçam sabendo que o futuro deles pode estar ali mesmo no seu município.

Pontes (2013) argumenta que apesar da liberdade econômica propiciar um maior relacionamento entre desenvolvimento humano e o crescimento econômico, não há como constatar a mesma relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano como explana:

Diante disso, o presente trabalho logrou êxito no seu intento, tendo sido constada a inexistência de relação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano e, por outro lado, tendo sido verificada a relação de influência entre o regular exercício da liberdade econômica e o desenvolvimento humano. Foi, também, constatada a possibilidade da liberdade econômica ser um elo entre o desenvolvimento humano e o crescimento econômico, servindo para compatibilizar esses caracteres tão importantes para o Estado (PONTES, 2013, p. 1)

É até mesmo verdade que o crescimento econômico não coaduna com maior distribuição de renda como se pode constatar na realidade de cerca de 100 mil habitantes de Hong Kong, cuja posição no ranking o mantém como a nação com maior liberdade econômica nas últimas décadas. Há uma grande parcela da população que se amontoa em gaiolas alugadas por preços exorbitantes pelas péssimas condições das instalações, onde humanos travam luta constante com a falta de saneamento, água e pragas como percevejos.

O pior é que o cárcere/simulacro de lar não vêm de graça. Empilhados em cima uns dos outros num espaço de 1,5 metros quadrados, essas gaiolas podem ser alugadas a um preço de 1.300 dólares de Hong Kong (cerca de US\$ 167) por mês. Esses engradados são amontoados em um único apartamento em ruínas em um bairro de classe operária em West Kowloon.

Acredite ou não, esses alojamentos metálicos são o lar de uma quantia gritante de aproximadamente 100 mil pessoas. Outros tipos de alojamentos inadequados incluem apartamentos, subdivididos em cubículos minúsculos ou preenchido com caixotes de madeira de tamanho e compartimentos suficientes para dormir. Apenas dois banheiros químicos estão disponíveis em cada apartamento e tem que ser compartilhada por centenas de homens solteiros e idosos, o que compõe a maioria dos "ocupantes-das-gaiolas". (PIRES, 2013)



Figura – Gaiola – moradia comum em Hong Kong para marginalizados da sociedade
Fonte: Pires, 2013

Na Noruega, a acumulação de riquezas por parte de muitos não corrigiu desigualdades sociais, tais como as observadas entre cerca de 74 mil crianças, pessoas com necessidades especiais que não têm entrada no mercado e idosos. O ciclo da miséria inicia-se com a evasão após o Ensino Médio, pois os que não o concluem ou interrompem os estudos estão fadados à pobreza e jovem pobre caminha para ser um idoso pobre. (LIE, 2017)

No contexto norueguês são números alarmantes. Há um forte aumento da pobreza em famílias com crianças também, o que deixa o quadro ainda mais grave. Crianças pobres, geralmente são adultas pobres no futuro. É um ciclo que geralmente não tem saída. Crianças pobres viram jovens, adultos, idosos pobres. (LIE, 2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade exige providências urgentes para imprimir um ritmo de desenvolvimento sustentável em todas as áreas, prioritariamente nas indústrias e na ocupação territorial do campo com a preservação das florestas, dos mananciais para buscar o reequilíbrio perdido entre as ações humanas e a natureza, cuja perda Marx atribui à industrialização iniciada com o modo de produção capitalista.

As Assembleias da Organização das Nações Unidas inseriram a problemática ambiental na pauta dos encontros com líderes mundiais no ano de 1972 quando da realização do evento em Estocolmo. Desde então, as ONGs e a sociedade como um todo vêm exigindo o cumprimento dos princípios e recomendações estabelecidos nessas reuniões, nas quais o Brasil passou a ter participação ativa para demonstrar que todos os países têm parcelas de responsabilidade na preservação do ambiente, no combate à pobreza e às más condições de saneamento no mundo.

A sociedade vive hoje as condições resultantes das más ações que degradaram a natureza em outros tempos.

A modernização propiciada pela globalização transcorre de maneiras diferentes pelas várias regiões do planeta Terra onde alguns degradam o planeta aferindo lucros vultosos enquanto a pobreza de muitos não é combatida nem com pseudo ajudas como as representadas pelo lixo eletrônico que apresentamos no corpo desse texto.

Com relação à hipótese que o Brasil tem participado ativamente nas discussões da agenda internacional sobre o meio ambiente, mas na prática, muitas vezes, vem descumprindo os princípios de melhoria do ambiente, vimos a ocupação desmedida da Amazônia em nome do “Milagre Econômico” promovida pelo governo da ditadura Militar.

Por outro lado, a Rio+20 propiciou uma maior participação da diplomacia brasileira nas questões ambientais do planeta e sediou debates importantes que

avançaram rumo à regulamentação da sustentabilidade dos oceanos. Ambas as questões demonstram a importância do Brasil sediar duas conferências da ONU no prazo de duas décadas.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE Brasil Socioambiental. São Paulo: ISA (Instituto Sociambiental), 2005.

AMAZONAS. Após massacre, Manaus tem onda de violência e moradores temem crimes. 6 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/apos-massacre-manaus-tem-onda-de-violencia-e-moradores-temem-crimes.html>>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

AS RELAÇÕES Homem-Natureza. 2013. <http://meioambiente.culturamix.com/natureza/as-relacoes-homem-natureza>.

BARBOSA, Dennis; CARVALHO Eduardo. **Rio+20 aprova texto sem definir objetivos de sustentabilidade**. Rio de Janeiro. Jornal Globo. G1. 22 de junho de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/rio20-termina-sem-definir-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel.html>>. Acesso em: 2 Ago. 2017.

BARCELLOS, Paulo Fernando Pinto; BARCELLOS, Luiz Fernando Pinto. Planejamento urbano sob perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e a preocupação ambiental. **Rev. FAE**, Curitiba, v.7, n.1, p.129-144, jan./jun. 2004. pp. 129-144.

BENTES, Rosineide. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 54, 2005. p. 225-240.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade e cuidado**: um caminho a seguir. 16/06/2011. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/06/16/sustentabilidade-e-cuidado-um-caminho-a-seguir>>. Acesso em: 15 Ago. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 101, de 4 de Maio de 2000**. Brasília/DF. 2000.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília/DF: Planalto, 1964.

BRASIL. **Planejamento – Ministério do Planejamento**, Orçamento e Gestão. 2012c. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br>>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

BRASIL. **Técnica de observação direta em auditoria**. Brasília, 28 de junho de 2010 - Ano XLIII - Nº 12. SEGECEX/SEPROG. Junho/2010. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:BV0JI7JEzdMJ:portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/tecnicas_ano_p/1450919.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=opera>. Acesso em: 9 Jul. 2017.

CALIXTO, Bruno. As dez cidades com o ar mais poluído do mundo. **Época**. 9 de maio de 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2014/05/dez-cidades-com-o-bar-mais-poluido-do-mundob.html>>. Acesso em: 10 Set. 2017.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza; SELIG, Paulo Mauricio. Custos da qualidade ambiental: uma visão dos custos ambientais sob a ótica das organizações produtivas. **Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.6, n.2, jul./dez., 2005. p. 135-151.

CASTRO, Fábio de. **Rio+20: Agenda Científica na Pauta**. Agência FAPESP. 14 de maio de 2012. Disponível em: <<https://www.ambienteenergia.com.br/index.php/2012/05/rio20-agenda-cientifica-na-pauta/19233/>>. Acesso em: 12 Ago. 2017.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CICLONE subtropical foi causa de estragos pelo Estado. Jornal de Santa Catarina. 4 de dezembro de 2016. <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/12/ciclone-subtropical-foi-causa-de-estragos-pelo-estado-8610795.html?impressao=sim>

CIDADE Moderna (1930-1960). **São Paulo 450 Anos**. 2010. Disponível em: <http://www.aprenda450anos.com.br/450anos/vila_metropole/consideracoes_finais.asp>. Acesso em: 5 Jul. 2017.

COSTA, Antonio Luiz M. C. Refugiados: o êxodo do século XXI. **Carta Capital**. 13 de novembro de 2016. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/revista/871/o-exodo-do-seculo-xxi-3395.html>>. Acesso em: 10 Set. 2017.

COSTA, Lucio Augusto Villela da; IGNÁCIO, Rozane Pereira. Relações de Consumo x Meio Ambiente: Em busca do Desenvolvimento Sustentável. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 95, dez 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos%20leitura&artigo_id=10794&revista_caderno=5>. Acesso em: 10 Set. 2017.

DIAS, G. F. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental**. São Paulo. Global/Gaia, 1994.

DOWBOR, Ladislau. Educação e apropriação da Realidade local. **Estud. av.** [online]. 2007, vol.21, n.60 [citado 2014/03/20], pp 75-90.

FELDMANN, Fabio. **Rio mais 10**. 2002. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.9.html>>. Acesso em: 12 Ago. 2017.

FIGUEIRA, Ariane C. Roder. Atuação diplomática brasileira nas negociações internacionais do meio ambiente. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3, 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais – USP. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100028&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 9 Ago. 2017.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1997. 264p.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estud. av.**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61. 2002.

KUNZLER, Ana Paula. **O Brasil e o Meio Ambiente: perspectivas para a Rio + 20**. Dissertação (Especialização em Relações Internacionais). Brasília: UnB, 2012. 39p.

LIE, Cilene. **Pobreza na Noruega**: quantos são, quem são e como vivem. 2017. Disponível em: <<http://originaleexclusivo.com.br/pobreza-na-noruega-quantos-sao-quem-sao-e-como-vivem/>>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

LIRA FILHO, José Augusto. **Paisagismo**: princípios básicos. 2012. Viçosa: Fácil editora, 2002. (Série Planejamento Paisagístico – vol. 2)

MARIANO, Karina L. Pasquariello. Meio Ambiente e a Ampliação da Agenda Internacional. **Cadernos CEDEC** nº 39. 1995. 29p.

MARINHO, Antonio Pereira da Silva. **Planejamento subnacional**: o caso específico de pequenos municípios no Estado de Sergipe. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais. São Cristóvão/SE: UFS, 2011. 174p. disponível em: <http://bdt.d.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=506>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. Volume I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. (Coleção Perspectivas do Homem). Volume 38. Série Economia. Título original Buch I: Der Produktionsprozess des Kapitals. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1890.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NOVAES, Eduardo Sales. **Agenda 21**: Iniciativas Regionais e Locais. 2007. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/agenda21/apresent/index.htm>>. Acesso em: 15 Ago. 2017.

NOVAES, Elizabete David; SCHIAVONE, José Guilherme Perroni. A Contribuição do Materialismo Histórico para a articulação entre Alienação Humana e Degradação Ambiental. **Revista Sociologia Jurídica**. Número 07 – Julho/Dezembro 2008. Disponível em: <<https://sociologiajuridica.dotnet.wordpress.com/a-contribuicao-do-materialismo-historico-para-a-articulacao-entre-alienacao-humana-e-degradacao-ambiental/>>. Acesso em: 15 Ago. 2017.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares. Relação Homem/Natureza no Modo de Produção Capitalista. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**. Vol. VI, núm. 119 (18), 1 de agosto de 2001. p. 1-10.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Muro do México**. Brasil Escola. 2017. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/muro-mexico.htm>>. Acesso em: 5 Fev. 2017.

PIRES, Jader. **Em Hong Kong, pessoas moram em gaiolas**. Papo de Homem. 19 de março de 2013.

PLANEJAMENTO Urbano. São Paulo: USP, Planejamento/ cd, 6.7.27. 2011.

PONTES, Ted Luiz Rocha. A Liberdade Econômica como um elo entre o Desenvolvimento Humano e o Crescimento Econômico. Publica Direito. 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=696f61d7a31edd36>>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

REPÓRTER MT. 10 mil garimpeiros invadiram a cidade; comércio não tem mais ferramentas e a garrafa de água custa R\$ 10. 13 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.reportermt.com.br/geral/10-mil-garimpeiros-invadiram-a-cidade-comercio-nao-tem-mais-ferramentas-e-a-garrafa-de-agua-custa-r-10/49484>>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. [E-book]. São Paulo: Brasiliense, 2017.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estud.-CEBRAP**, São Paulo, n. 89, p. 89-109, Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Set. 2017.

SEM-TETO ocupam prédios e terrenos em ação conjunta em São Paulo. 31 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/10/sem-teto-ocupam-predios-e-terrenos-em-acao-conjunta-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

VASCONCELLOS, Clarissa. Fórum na PUC termina com sessão de alto nível. **Jornal da Ciência**, 18/06/2012. Disponível em: <http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=2058>. Acesso em: 31 Ago. 2017.